

Quem disse ?

«O impulso reformador terá de fazer dos impostos instrumentos de equidade e factores de coesão e solidariedade nacional»

Jorge Sampaio
Conferência do Diário Económico, 26 de Março



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Acidente de Viseu

Relatório aponta para excesso de lotação e travões deficientes

Travões deficientes, pneus «desiguais em piso» e sobrelotação de passageiros podem ter causado, em conjunto, o despiste, no IP3, do autocarro da autarquia de Viseu que, no dia 24 de Março, provocou 14 vítimas mortais e 24 feridos.

Os dados foram avançados, terça-feira, dia 27, em Lisboa, pelo director-geral de Viação, António Nunes, ao apresentar aos jornalistas o relatório preliminar elaborado pelos técnicos da Direcção-Geral de Viação (DGV), remetido ao procurador-geral da República e ao secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira.

O veículo que se despistou ao quilómetro 84 do IP3, na localidade de Vimieiro, Santa Comba Dão, tinha os pneus de trás «desiguais em piso». Porém, o director-geral de Viação escusou-se a avançar se algum destes factores terá sido decisivo para o despiste do autocarro.

O veículo da Câmara Municipal de Viseu havia sido sujeito a inspeções periódicas, a última das quais em 7 de Julho do ano passado, tendo sido dado apto para circular até Março de 2001. O autocarro tinha uma lotação máxima para 33 lugares sentados mais guia e condutor, num total de 35 lugares, transportando na altura do acidente 38 pessoas, supondo-se que três ou quatro passageiros estariam em pé, o que não foi possível «apurar com segurança».

António Nunes frisou que não é possível tirar conclusões totais sobre as causas do acidente, tendo defendido que tudo indica haver um conjunto de dados que motivaram o despiste.

Presidência sueca da UE

BOM ÉXITO EM ESTOCOLMO DA ESTRATÉGIA DA CIMEIRA DE LISBOA



O primeiro-ministro português mostrou-se satisfeito no dia 24, em Estocolmo, com o equilíbrio havido entre decisões na área económica e na área social, «numa estratégia duplamente ganhadora para que a Europa possa enfrentar os desafios da globalização e a concorrência internacional acrescida».

Política



Pina Moura apresenta Reforma «radical» na fiscalidade das empresas

O ministro das Finanças apresentou, na passada terça-feira, dia 27, no Fundão, o «Novo Sistema Fiscal para o Interior» do País, uma medida que promete reviravoltas na fiscalidade empresarial e que beneficiará 172 concelhos, onde vive 25 por cento da população portuguesa.

Sociedade & País



Segurança António Costa defende «polícia científica»

Portugal tem que desenvolver de forma «urgente» os meios legais de combate à venda ilícita de armas e à criminalidade económica e financeira, defendeu na passada segunda-feira, dia 26, o ministro da Justiça, António Costa.



Estocolmo confirma Lisboa

Na Cimeira dos Quinze de Lisboa, realizada precisamente há um ano durante a presidência da União Europeia (UE), foi aprovado o objectivo estratégico de a UE se «tomar no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social», tendo por meta alcançar o pleno emprego no horizonte de 2010, graças a um crescimento sustentado.

O objectivo traçado assentava numa evolução com três pilares: economia e inovação, qualificação e emprego e inclusão social. Hoje, volvido um ano, o Conselho Europeu voltou a reunir-se para passar em revista os progressos realizados pela Europa na consecução do objectivo estratégico aprovado em Lisboa.

A garantia do necessário equilíbrio entre o social e o económico na evolução da Europa, era o aspecto fundamental para o sucesso desta cimeira, apontado pelo Governo português, de tal forma que Guterres chegou mesmo a afirmar que o seu objectivo em Estocolmo era o de não deixar que fossem «subvertidos» os princípios aprovados há um ano, e isso foi plenamente alcançado.

Como resultado deste debate o primeiro-ministro português mostrou-se satisfeito com bom êxito da estratégia de Lisboa que definiu como «duplamente ganhadora para que a Europa possa enfrentar os desafios da globalização e a concorrência internacional acrescida».

Para António Guterres, «em todas as áreas da estratégia de Lisboa houve avanços e decisões», sublinhando mesmo que «a palavra mais ouvida (na sala de reuniões) foi Lisboa».

Guterres salientou ainda «a vontade da UE em afirmar a força da economia europeia e de afirmar a margem de manobra que ainda existe para assegurar ritmos relevantes de crescimento nos próximos tempos», numa altura em que os «dados fundamentais da economia europeia são sólidos», acrescentou.

Para a história desta cimeira ficam os resultados. No capítulo das políticas sociais, em Estocolmo, os Quinze decidiram estender os métodos de coordenação aberta em matéria de protecção social e fixaram novos objectivos intermédios para as taxas de desemprego em toda a UE para Janeiro de 2005, 67 por cento de uma forma global e 57 por cento para as mulheres.

Apesar das mensagens de optimismo, na capital sueca permaneceram divergências entre os Quinze em domínios como os das liberalizações dos sectores da electricidade e do gás, a criação da patente europeia, ou o espaço aéreo único.

Quanto às decisões que podem influenciar directamente Portugal, António Guterres reforçou a necessidade de prosseguir a integração do mercado português no mercado interno, a necessidade de realizar a reforma da segurança social e de avançar no plano nacional de emprego.



PS APRESENTA CEM MEDIDAS PARA CEM DIAS

«PS apresenta cem medidas para cem dias» era a manchete da primeira página do «Acção Socialista» de 31 de Março de 1983.

Nas páginas 3 e 4 eram publicadas na íntegra as «Cem medidas para cem dias», um compromisso do PS, em várias áreas, para os primeiros cem dias de Governo. A proposta abarcava as cinco prioridades definidas por Mário Soares em conferência de Imprensa, para um Governo de rigor e eficácia: Contra a corrupção no Estado e o crime nas ruas; Produzir mais para dever menos;; Solidariedade na Saúde, na Segurança Social e na Habitação; Defender os direitos dos que trabalham; Mais estabilidade para os jovens, na escola, no emprego e na vida».

Notícia em destaque no «AS» era ainda a reportagem da reunião das mulheres socialistas, em Montechoro (Algarve), no âmbito da Internacional Socialista.

J. C. C. B.

31 de Março

Quem disse?

«Sem justiça social não há democracia estabelecida nem liberdade consolidada»

Mário Soares



Saúde

Privados e IPSS recebem 19 milhões de contos

As entidades privadas e de solidariedade social vão beneficiar de um investimento de 19 milhões de contos, até 2006, para a criação de serviços de saúde em áreas consideradas «carenciadas».

Este regime de incentivos, apresentado, no dia 26, no Porto, é disponibilizado pelo Ministério da Saúde através do programa Saúde XXI, integrado no terceiro Quadro Comunitário de Apoio, e vai beneficiar tanto a criação de novos serviços como a remodelação de já existentes, conforme explicou Rui Guerra, um dos coordenadores do Saúde XXI.

Os cuidados de saúde abrangidos por este regime de incentivos enquadram-se no Eixo III do Saúde XXI – denominado Promover Novas Parcerias e Novos Actores na Saúde –, e incluem projectos

de serviços ao domicílio, unidades especializadas de apoio a equipas de cuidados continuados, unidades de internamento de estadia média e prolongada e unidades de tratamento, recuperação e reabilitação de toxicodependentes, entre outros.

A intenção do regime de incentivos é, segundo Rui Guerra, «influenciar o mercado para criar unidades onde há grandes carências».

Criado pelo decreto-lei 15/2001 de 27 de Janeiro, o Eixo III do Saúde XXI aguarda ainda a publicação de legislação regulamentar para poder ter início, se bem que Rui Guerra manifeste expectativas de que tal instrumento «venha a ser aprovado muito brevemente».

MODERP

Líder dos reformados na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

O camarada Manuel Jerónimo, líder do MODERP, a maior organização de reformados do País, esteve recentemente na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. No país de Amílcar Cabral, onde se deslocou a convite da Confederação dos Sindicatos Independentes, o líder do MODERP assinou um acordo para a formação de uma estrutura para defesa dos idosos guineenses.

Em São Tomé e Príncipe, país onde se deslocou a convite das duas centrais sindicais locais, o camarada Manuel

Jerónimo reuniu com cerca de 400 idosos com o objectivo de se formalizar uma estrutura de defesa dos idosos deste país.

Momento particularmente emotivo, pelo seu simbolismo, foi a visita do líder do MODERP ao local onde o camarada Mário Soares viveu enquanto deportado em São Tomé pelo regime fascista de Salazar. Em ambas os países, o líder do MODERP distribuiu diversos presentes e roupas às crianças, oferta de várias firmas portuguesas.

Competitividade

PR relembra capacidade empresarial

O Presidente da República admitiu, no dia 26, que os responsáveis não podem «ficar surdos» às queixas dos empresários sobre a reforma fiscal, mas alertou que a competitividade resulta tanto da carga fiscal como do «espírito empresarial». Falando em Matosinhos, na sessão de abertura da VI conferência anual do «Diário Económico», dedicada à reforma fiscal, Jorge Sampaio deu um «puxão de orelhas» aos empresários portugueses, afirmando que a inovação, a organização e a qualidade de gestão «são indispensáveis para a economia portuguesa crescer acima da média europeia» e que «as empresas têm que ser mais competitivas e a produtividade tem de aumentar».

«O crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade não podem assentar hoje em situações do passado, como o baixo salário», afirmou, questionando-se sobre se «a tentação de

apostar no crescimento extensivo e na mão-de-obra barata não estará a assomar» junto de alguns empresários portugueses.

Será provavelmente essa «tentação», avançou, que «explica o recrutamento de trabalhadores vindos do Leste europeu, sem aproveitar a sua qualificação», que justifica o investimento português em investimento e investigação «significativamente inferior» ao dos restantes países da Europa Central e da OCDE, e que motiva o «reduzido número de marcas e patentes registadas por empresas portuguesas».

«Quando vejo estes sinais, interrogo-me como avaliarão os empresários e técnicos portugueses a parte que lhes compete na corresponsabilização social nestes tempos de globalização e de alargamento da União Europeia», frisou Sampaio, defendendo que estes «têm que apresentar mais propostas reformadoras, inovadoras, modernizadoras».

BOM ÊXITO EM ESTOCOLMO DA ESTRATÉGIA DA CIMEIRA DE LISBOA

O primeiro-ministro português mostrou-se satisfeito no dia 24, em Estocolmo, com o equilíbrio havido entre decisões na área económica e na área social, «numa estratégia duplamente ganhadora para que a Europa possa enfrentar os desafios da globalização e a concorrência internacional acrescida».

Os Quinze decidiram, por exemplo, fixar objectivos intermédios para as taxas de desemprego em toda a UE e, «para Janeiro de 2000, globalmente em 67 por cento e em 57 por cento para as mulheres». Na sua reunião de Lisboa de Março de 2000, os chefes de Estado e de Governo estabeleceram uma estratégia a 10 anos destinada a transformar a União «na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social».

O pleno emprego com a garantia de um modelo social de protecção social elevado, apoiado no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, é o objectivo central dos Quinze, que pretendem ultrapassar os resultados alcançados pela economia norte-americana nos últimos anos.

Numa segunda área, em Estocolmo foi enviada «uma mensagem importante de confiança aos cidadãos e também aos mercados, num momento em que fora da Europa se verifica algum abrandamento do crescimento económico, nomeadamente nos Estados Unidos», segundo António Guterres. O primeiro-ministro considerou ser acertada a decisão de retirar do texto das conclusões uma referência a um hipotético nível baixo das taxas de juro.

Para António Guterres, se essa passagem ficasse inscrita estar-se-ia a enviar uma mensagem negativa aos mercados, que pensariam que a partir de agora as taxas de juro só poderiam subir e não descer, como se pretende.

Por outro lado, o chefe do governo português salientou «a vontade da UE em afirmar a força da economia europeia e de afirmar a margem de manobra que ainda existe para assegurar ritmos relevantes de crescimento nos próximos tempos».

«Os dados fundamentais da economia europeia são sólidos», acrescentou. Quanto às decisões que podem influenciar directamente Portugal, Guterres referiu a necessidade de prosseguir a integração do mercado português no mercado interno, a necessidade de realizar a reforma da segurança social e de avançar no plano nacional de emprego.

O primeiro-ministro confirmou ainda que o Governo vai prosseguir esforço de



Líderes enviam mensagem de confiança aos mercados

Os dirigentes europeus enviaram no último dia da Cimeira de Estocolmo, uma mensagem de confiança na economia europeia e confirmaram os objectivos definidos há um ano em Lisboa.

Os chefes de Estado e de Governo da União insistiram na boa saúde dos indicadores fundamentais da economia europeia que terá de resistir ao abrandamento da economia mundial, em particular nos Estados Unidos e no Japão.

Ao longo de dois dias de reuniões, os Quinze avançaram em processos como a integração dos mercados financeiros e traçaram orientações para a economia europeia este ano.

Os Quinze pretendem orientar-se no sentido do equilíbrio (e mesmo excedente) nas contas públicas, acreditando que assim se proporcionarão condições favoráveis à criação de mais e melhor emprego.

Na conferência de Imprensa, após o final da cimeira, o primeiro-ministro manifestou-se satisfeito com o equilíbrio alcançado entre as directrizes económicas e sociais da União, que, na sua perspectiva, continuaram a ter como base a estratégia de Lisboa. Guterres disse mesmo que partiu para a cimeira de Estocolmo com o objectivo de não deixar que fossem «subvertidos» os princípios aprovados há um ano, durante a presidência portuguesa.

A delegação portuguesa esteve particularmente activa na acção de sensibilizar os líderes europeus para a urgência da libertação dos oito portugueses raptados por duas facções da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

De um modo informal, António Guterres pediu o apoio dos Quinze e, em particular, os bons ofícios do presidente da França, Jacques Chirac - o país que maior influência possui na zona da África Equatorial.

saneamento das finanças públicas.

Por outro lado, António Guterres mostrou-se optimista na aprovação em breve do organismo da patente comunitária apesar de Portugal manter reservas nesta matéria. Os chefes de Estado e de Governo expressaram a sua «preocupação» quanto à falta de progressos nesta área e pedem aos seus ministros para «acelerar os trabalhos em conformidade com as decisões da Cimeira de Lisboa» que definiu a criação do organismo até ao fim do ano.

Pleno emprego como meta

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia reunidos em Estocolmo aprovaram um novo objectivo intermédio de 67 por cento no ano 2005 para a taxa geral de emprego em toda a União e de 57 por cento para as mulheres.

A meta inscreve-se no plano aprovado em Lisboa há um ano, durante a presidência portuguesa da União, que fixa como objectivo o pleno emprego na UE até 2010. De acordo com as conclusões aprovadas em Estocolmo, o novo objectivo intermédio deve ser incorporado nos planos nacionais de emprego «tendo em conta as circunstâncias específicas» de cada Estado-membro.

Para os trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, que têm mais dificuldade em encontrar um novo posto de trabalho, os líderes da UE fixaram outro novo objectivo, o de atingir 50 por cento de taxa de emprego de homens e mulheres desta faixa etária até 2010.

No texto de conclusões solicita-se ainda ao Conselho de Ministros e à Comissão Europeia que elaborem um relatório conjunto sobre a forma de aumentar a mão-de-obra e fomentar a actividade durante o envelhecimento, que deverá ser apresentado na cimeira da Primavera de 2002, durante a presidência espanhola da UE.

O estudo deverá «dedicar especial atenção à necessidade de reduzir o estrangulamento do mercado de trabalho e outros factores fiscais e de prestações sociais que dissuadem homens e mulheres de ocupar empregos».

A Cimeira de Estocolmo solicita ainda ao Conselho e à Comissão que elaborem até 2002 indicadores «sobre disponibilização de estruturas de acolhimento para crianças e outras pessoas dependentes».

Os Quinze declararam-se ainda não só decididos a avançar para o pleno emprego, um meio «importante para enfrentar o envelhecimento da população», como a conseguir «mais e melhores postos de trabalho».

«Os objectivos da taxa média de emprego na UE a alcançar até 2010 implicam que durante todo este período tenha que haver um avanço constante», assinalam ainda os líderes da União.

CONSOLIDAR A ESTRATÉGIA DE LISBOA



A Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, representou um grande avanço para a Europa. Partindo dos esforços desenvolvidos por Presidências anteriores, o Conselho Europeu definiu um objectivo estratégico claro: tornar a União Europeia a economia do conhecimento mais dinâmica e bem sucedida do mundo, até 2010, e com o pleno emprego e coesão social. Lisboa foi especial em quatro aspectos. Em primeiro lugar, estabelecemos um objectivo claro a médio prazo, e reconhecemos que a Europa teria de alterar decisivamente muitos aspectos do seu desempenho económico a fim de o realizar. Em segundo lugar, definimos um conjunto abrangente de prioridades, em que procurámos equilibrar a necessidade de reformas económicas com medidas tendentes a promover a inovação e a sociedade da informação, e a assegurar uma maior participação ao nível do emprego e uma maior inclusão social. Em terceiro lugar, introduzimos um novo instrumento - o método aberto de coordenação - destinado a implementar e impulsionar as prioridades políticas definidas. Pretendia-se que os Estados-membros afeissem os respectivos progressos em vários domínios de acordo com os indicadores de desempenho acordados e tomassem decisões políticas com base em informação sólida obtida a partir dessa aferição. Por último, acordámos que Lisboa não seria o fim de todo o processo: o Conselho Europeu reunir-se-ia uma vez por ano a fim de passar em revista os progressos realizados pela Europa na consecução do objectivo estratégico proposto.

Já obtivemos muitos resultados concretos no ano que decorreu desde a Cimeira de Lisboa. Mas o Conselho de Estocolmo terá de fazer uma auto-avaliação a fim de determinar as áreas em que a sua acção poderia ser melhor ou em que poderia fazer mais, e definir acções concretas para o próximo ano. A credibilidade do nosso empenhamento na reforma e nas suas prioridades depende disso. Assim, apresentamos a seguir uma lista de algumas das metas com base nas quais julgamos que o êxito de Estocolmo deve ser avaliado. Se as atingirmos todas, teremos conseguido um avanço significativo no sentido de reforçar o desempenho da Europa ao nível da inovação e das empresas, criando empregos e promovendo a coesão social. Apesar da forte recuperação europeia e das reformas estruturais que, no último ano, permitiram criar 2,5 milhões de novos empregos, é nesta área que a Europa continua a perder terreno em relação aos Estados Unidos. No entanto, a nosso ver, uma maior capacidade de inovação e empreendimento é um factor decisivo para se conseguir uma maior competitividade e produtividade. Esta via conduzirá ao crescimento do emprego, a empregos de maior qualidade e a uma maior coesão

social. Mas isso não será possível sem acções credíveis no sentido de abrir os mercados, melhorar competências e modernizar as administrações públicas, impulsionar o emprego e promover a coesão social.

As metas que nos propusemos com vista à realização e intensificação da estratégia definida em Lisboa são as seguintes:

1. Reforçar o Plano de Acção «Europa - Uma sociedade da informação para todos» mediante a aprovação rápida de toda a legislação da UE em matéria de telecomunicações e comércio electrónico, a par do benchmarking das medidas nacionais no sentido de realizar as potencialidades dos serviços públicos em linha e de combater a info-exclusão. Alargar as acções a empreender aos países candidatos à adesão.

2. Atribuir à Comissão um mandato no sentido de preparar um Plano de Acção no domínio da biotecnologia ambicioso e susceptível de levar a Europa a dar um grande salto em frente, em que se indique a prioridade a atribuir à biotecnologia no próximo programa de investigação europeu, os resultados da comparação entre as melhores práticas da UE e do resto do mundo, e que defina uma estratégia destinada a promover o intercâmbio de boas práticas e um reforço da cooperação científica e económica. As acções destinadas a fazer da UE a economia do conhecimento mais dinâmica do mundo terão de incidir em todas as tecnologias de vanguarda.

3. Chegar a acordo sobre a construção de um espaço europeu de investigação destinada a promover as redes de excelência transfronteiriças, duplicar a mobilidade dos investigadores e o desenvolvimento dos resultados da investigação. Os financiamentos europeus deverão ser canalizados para um número limitado de prioridades. Com base no método aberto de coordenação, os Estados-membros poderão ser convidados a prestar informação sobre os seus programas nacionais de investigação, a fim de complementar a discussão do programa europeu.

4. Acordar numa patente comunitária barata e acessível, susceptível de assegurar uma protecção legal segura, acessível, atempada e pouco dispendiosa para os inovadores europeus, nomeadamente, as PME, e que vá ao encontro das necessidades das empresas europeias, até ao final de 2001. Estudar um modelo de utilidade praticável e aplicável em toda a UE, destinado a proteger a inovação.

5. Acções tendentes a promover novas empresas: chegar rapidamente a acordo sobre um prospecto único para obtenção de capital em toda a UE, destinado às pequenas empresas, e melhorar o processo

de consulta da Comissão relativamente a propostas de regulamentação. Estocolmo deverá definir uma meta clara com vista a tornar a UE o local mais fácil e mais barato do mundo para uma nova empresa se estabelecer e desenvolver.

6. Acelerar a abertura dos mercados em sectores em que é necessária acção legislativa por parte da UE, nomeadamente os sectores dos serviços financeiros, da electricidade e do gás, e dos serviços postais. Chegar a acordo relativo ao controlo do tráfego aéreo na UE com vista a reduzir os atrasos para os consumidores.

7. A Comissão deve concordar em definir orientações sobre o papel dos financiamentos públicos como meio de incentivar a concessão de capital de risco e a possibilidade de se adoptarem medidas adequadas tendentes a aumentar o financiamento da I&D pelo sector privado.

8. O Plano de Acção da Comissão relativo a uma melhor regulamentação a apresentar em Estocolmo deverá prever a definição de um procedimento de avaliação de impactes envolvendo as empresas, considerar alternativas à regulamentação, e assumir o compromisso de procurar examinar se os regulamentos existentes devem ser simplificados, codificados ou revogados.

9. Criar uma «task force» ligada às empresas destinada a identificar competências para a economia do conhecimento e formas de superar os obstáculos à mobilidade em conformidade com as propostas da Comissão relativas a um novo mercado do trabalho europeu. Esta actividade deverá levar à formulação de propostas a apresentar ao Conselho de Barcelona, em Março de 2002.

10. Reforçar as linhas directrices relativas ao emprego mediante a identificação de indicadores sobre as competências básicas dos adultos e a aprendizagem ao longo da vida, privilegiando a avaliação pelos pares nestas áreas. As referidas linhas directrices deverão dedicar mais atenção às estruturas de apoio às crianças, tendo em vista aumentar a igualdade de oportunidades e as taxas de emprego.

11. Promover a cooperação com vista a uma melhor compreensão das abordagens adoptadas a nível nacional no sentido de assegurar a sustentabilidade dos regimes de pensões, levando em conta todos os aspectos da agenda de Lisboa.

12. Reafirmar o compromisso assumido em Lisboa no sentido de um impacto decisivo sobre a erradicação da pobreza. Os planos de acção nacionais, que deverão ficar concluídos até Junho de 2001, devem conter propostas concretas sobre a luta contra a pobreza e a exclusão social nos 15 Estados-membros.

13. Continuar a desenvolver esforços no sentido de melhorar a sustentabilidade e qualidade das finanças públicas e a sua contribuição para a promoção da economia baseada no conhecimento, através das orientações gerais de política económica.

14. Assegurar a realização de uma nova série alargada de negociações no âmbito da OMC, este ano, tendo em vista assegurar que os benefícios do comércio livre se estendam mais amplamente.

A Europa não tem tempo a perder no que se refere a implementar o seu programa alargado de reformas. Isto implica o estabelecimento de uma estreita parceria entre o Conselho, a Comissão e o Parlamento. A rapidez da liberalização das telecomunicações e da aprovação de legislação relativa ao comércio electrónico é um exemplo da cooperação que é necessária em todas as áreas que exigem uma acção rápida. Um forte empenhamento político geral no emprego e a adopção de medidas económicas e sociais concretas susceptíveis de contribuir para o objectivo do pleno emprego são cruciais para que o apoio à estratégia de Lisboa se mantenha. Trata-se de uma estratégia positiva em que a modernização económica e social terão de progredir a par.

Saudamos a prioridade que a Comissão Europeia tem vindo, recentemente, a atribuir à execução da agenda de Lisboa. Hoje, estamos convencidos de que a Comissão precisa de levar todos os sectores da sociedade civil a participarem na execução do programa de Lisboa/Estocolmo. Na década de 1980, a aceitação pública da lógica e das políticas do mercado único foi grandemente facilitada pela análise quantitativa dos benefícios incluída no Relatório Cecchini, e, também, por uma ampla campanha destinada a divulgar esses benefícios junto das empresas, dos sindicatos, dos consumidores e da sociedade em geral. Exortamos a Comissão a realizar um programa de análise, difusão e comunicação semelhante.

É imprescindível que a União Europeia se mostre à altura do desafio lançado em Lisboa para poder enfrentar com confiança os outros grandes desafios do futuro. O êxito futuro da UE exige que Estocolmo produza resultados decisivos, que demonstrem o nosso empenhamento nos objectivos que nos propusemos. E, para isso, é necessário levarmos a opinião pública de toda a Europa - a opinião pública dos Estados-membros e dos países candidatos à adesão - a empenhar-se na agenda que nos propusemos para a próxima década, de forma a torná-la num êxito económico e social para todos os europeus.

Carta enviada aos chefes de governo europeus na véspera da cimeira de Estocolmo

*Primeiros-ministros do Reino Unido e de Portugal
#-Público-

REFORMA «RADICAL» NA FISCALIDADE DAS EMPRESAS

O ministro das Finanças apresentou, na passada terça-feira, dia 27, no Fundão, o «Novo Sistema Fiscal para o Interior» do País, uma medida que promete reviravoltas na fiscalidade empresarial e que beneficiará 172 concelhos, onde vive 25 por cento da população portuguesa.

Pina Moura – que esteve acompanhado, na Câmara Municipal local, pela ministra do Planeamento, Elisa Ferreira – explicou que os benefícios se dirigem às pequenas e microempresas que se instalem nesses concelhos.

Usufruirão de uma redução na taxa de IRC (Imposto sobre o Rendimento Colectivo) de 32 para 25 por cento, que pode mesmo chegar aos 15 por cento nos primeiros cinco anos de actividade.

Segundo o ministro das Finanças – que anunciou estas medidas na passada segunda-feira, na conferência anual do Semanário Económico, na Exponor, em Santa Maria da Feira –, trata-se de «uma alteração radical» no sistema fiscal português, de que resulta um ganho de 10 pontos percentuais face a Espanha, onde a taxa de impostos sobre empresas é de 35 por cento.

Está também prevista a isenção de contribuições para a Segurança Social durante três anos por cada novo posto de trabalho criado por essas empresas no interior do País, além de uma majoração contabilística de 50 por cento dos encargos já existentes.

O novo enquadramento legal contempla, ainda, condições especiais para isenção de Sisa na aquisição de imóveis para habitação e actividades empresariais por parte de jovens.

O «Novo Sistema Fiscal» prevê, igualmente, duas linhas de financiamento para o fomento de actividades económicas, uma dirigida às autarquias e outra para as pequenas e microempresas que se instalem no interior do País.

Novo regime melhora concorrência nas zonas fronteiriças

Segundo o titular da pasta das Finanças, estamos a falar da «mais baixa taxa de tributação das empresas na União Europeia, exceptuando a irlandesa».

Assim, o «Novo Sistema Fiscal para o Interior» permitirá aos empresários portugueses concorrerem nos mercados de fronteira entre Portugal e Espanha.

«Todo o interior de Portugal tem hoje um valor geo-económico muito diferente do que tinha há uns anos atrás, sendo parte de um território que vai ser o mercado ibérico das zonas fronteiriças», afirmou Pina Moura.



O governante defendeu a ideia segundo a qual «tenderão a desenvolver-se novas relações de investimento cruzado entre agentes económicos portugueses e espanhóis» e, por isso, «temos de aproveitar e ganhar esta oportunidade».

A taxa de IRC em Espanha é, actualmente, de 35 por cento, enquanto a taxa de IRC para as regiões do interior do país, em Portugal, será reduzida para 25 por cento. Segundo o ministro, o impacto do pacote de incentivos é potenciado por «outras medidas que têm vindo a ser tomadas no domínio das infra-estruturas e, ainda, por outro factor competitivo muito importante que foi a extensão da rede de gás natural ao interior do País, abrangendo Castelo Branco, Fundão, Guarda, Chaves e Bragança».

O «Novo Sistema Fiscal para o Interior» vai abranger 36 mil empresas «já fixadas no interior (17 distritos) e que, atraídas por estas novas condições de fiscalidade venham a tomar decisões de investimento nesta região», referiu o governante.

«Neste campo, vai haver também um papel muito importante por parte das câmaras na facilitação de terrenos em termos muito atractivos», concluiu Pina Moura.

Socialistas apoiam reforma fiscal do Governo

No mesmo dia da apresentação do novo

sistema de fiscalidade empresarial para as empresas fixadas no interior do País, o Partido Socialista saiu em defesa desta reforma do Governo, evidenciando medidas como os benefícios em sede de IRC para as empresas que se instalem no interior e a revisão da tributação do património urbano.

No final da Comissão Permanente do PS, Fausto Correia leu uma declaração política em que se expunham os aspectos relacionados com as vantagens resultantes da aplicação das alterações fiscais em termos de justiça social, produtividade e competitividade das empresas nacionais.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à Comissão Permanente do PS, Fausto Correia recordou que os novos incentivos fiscais para a instalação de empresas no interior do País beneficiará cerca de um quarto da população portuguesa.

Num momento em que o euro será a moeda comum que circulará em Portugal e Espanha já em 2002, o dirigente socialista fez também questão de salientar que os ganhos de competitividade das empresas nacionais serão da ordem dos 10 por cento ao nível do IRC.

Fausto Correia destacou ainda benefícios no que respeita às contribuições das empresas para a Segurança Social e a isenção de Sisa.

Em suma, a Comissão Permanente do PS

concluiu que a reforma fiscal «representa um pacto de justiça social», desagrava os impostos dos trabalhadores por conta de outrem, que suportavam 90 por cento da carga fiscal, permitindo simultaneamente melhorias ao nível da competitividade e da produtividade das empresas.

Interrogado sobre o teor da recente intervenção do Presidente da República em matéria de reforma fiscal, o dirigente socialista disse que se recusaria a comentá-la «por uma questão de respeito e de compreensão da natureza independente» inerente ao exercício das funções de chefe de Estado.

«Apenas sublinho que o Presidente da República pediu a todos os que são contra a reforma fiscal para que justifiquem os motivos por que se encontram em oposição» a essa medida do Governo, acrescentou.

O camarada Fausto Correia, também presidente da Comissão Organizadora do Congresso do PS (que decorrerá entre 4 e 6 de Maio, em Lisboa), referiu que o prazo para a entrega das listas de delegados terminará no período entre 16 e 18 de Abril, consoante os casos em que o respectivo acto eleitoral se realize a 20, 21 ou 22 desse mesmo mês.

O prazo para a entrega de moções sectoriais encerrar-se-á a 24 de Abril, tendo já sido recebidos pela COC 12 documentos, além de três de carácter global.

MEDIDAS PARA PROTECÇÃO DO SOBREIRO E AZINHEIRA

O Conselho de Ministros assinou quinta-feira, 21 de Março, o «Dia Mundial da Floresta» com a aprovação de um conjunto de medidas para a protecção dos sobreiros e das azinheiras, assim como das casas dos antigos guardas florestais.

Com estas iniciativas legislativas, o Executivo introduz alterações nas condições em que é possível proceder ao corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, através da redefinição do quadro de competências para a autorização destas operações.

Ainda para garantir «a defesa e valorização (...) e o aproveitamento racional destes recursos naturais face às pressões de que os agrossistemas em causa têm vindo a ser alvo», o Governo procedeu igualmente à alteração das medidas de carácter dissuasor de eventuais violações.

Neste sentido, introduziu-se o recurso a medidas compensatórias no caso de cortes autorizados e de reposição no caso de cortes ilegais, tendo em vista assegurar que a área destinada a sobreiros e azinheiras não seja afectada.

Por outro lado, onde estão implantadas azinheiras e sobreiros, o diploma governamental passou a inibir a afectação do solo a outros fins por um período de 25 anos.

Também com o objectivo de «contribuir para a diversificação das actividades nas explorações agrícolas», a nova lei vai permitir aos proprietários de povoamentos de sobreiro ou de azinho a possibilidade de disporem de uma pequena parte dessa área para projectos agrícolas sustentáveis, desde que



não exista localização alternativa para o empreendimento».

No comunicado do Conselho de Ministros, salienta-se que a cortiça produzida e transformada pelo sobreiro, «além dos milhares de postos de trabalho que justifica, gera anualmente entre 100 e 150 milhões de contos de exportações, ultrapassando já os três por cento do valor total de vendas de Portugal a outros países».

Já no que respeita à azinheira, apesar de ter uma importância económica mais reduzida, o Governo refere que, sobretudo ao nível local, desempenha «um papel fundamental na produção animal».

Na conferência de Imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, destacou também a resolução do Governo que «autoriza a cedência das casas dos guardas florestais que se encontram desactivadas a organizações ou entidades que prossigam objectivos compatíveis com o desenvolvimento» e preservação dos recursos naturais.

De acordo com o governante, a maioria das casas dos antigos guardas florestais encontram-se no Norte e no Centro do País, sendo construções do início do século passado.

«Este património do Estado é vasto e há um conjunto de entidades sem fins lucrativos interessadas em recuperá-lo», acrescentou Vítor Barros.

Também na área da floresta, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que permite a título excepcional, devido ao rigor do último inverno, que a colheita de pinhas possa decorrer até 1 de Maio.

PORTUGAL RATIFICA TPI

O Executivo socialista deu carta branca, na passada quinta-feira, dia 21, a uma proposta de resolução no sentido de permitir a ratificação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) por parte do Estado Português.

Esta nova resolução do Governo reformula uma outra entregue na Assembleia da República no ano passado, introduzindo agora duas declarações de intenções do Estado português em relação ao estatuto do TPI.

Na primeira declaração, Portugal manifesta a intenção de «exercer poder de jurisdição sobre pessoas encontradas no território nacional indiciadas nos crimes previstos» pelo TPI, «com observância da sua tradição penal, de acordo com as



suas regras constitucionais e demais legislação penal interna, promovendo as acções que se mostrem necessárias a esse exercício».

Deste modo, em caso algum, Portugal ultrapassará o limite máximo penal previsto no seu ordenamento jurídico, estando assim excluída a aplicação da pena de prisão perpétua.

Na segunda declaração, manifesta-se o desejo de que os pedidos de cooperação «e os documentos comprobativos que os instruem sejam redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de uma tradução nesta língua».

De acordo com o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, até à ratificação do estatuto do TPI por Portugal, vai iniciar-se um processo com três fases

distintas, mas às quais o Executivo «atribuiu grande urgência para a sua rápida concretização».

Como primeiro passo, já hoje, a Assembleia da República aprecia as resoluções para a abertura de um processo extraordinário de revisão constitucional, iniciativa legislativa que terá de ser aprovada por quatro quintos dos deputados.

Na segunda fase, o Parlamento terá de formar uma maioria de dois terços para proceder à revisão da Lei Fundamental na parte que estiver relacionada com o estatuto do TPI.

Finalmente, na terceira e última fase, a Assembleia da República aprova a resolução do Governo para a ratificação do estatuto do TPI por parte de Portugal.

AGRICULTURA

Falha no controlo sanitário é «inadmissível»

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Capoulas Santos, considerou «inadmissíveis» as falhas no controlo sanitário verificadas em dois matadouros, tendo em conta que as inspeções decorrem 24 sobre 24 horas.

«Não se pode brincar em serviço», adiantou o governante, segundo o qual o inquérito ordenado pelos serviços do ministério prolongar-se-iam, no máximo, durante três ou quatro dias.

Os matadouros de Sousel e Loulé foram encerrados, no dia 23, por ordem do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, por não cumprirem as normas legais de combate à BSE.

De acordo com Capoulas Santos, foram detectadas três carcaças de bovino com vestígios de espinal medula numa sala de desmancha em Sacavém, provenientes dos matadouros de Sousel e Loulé, que permanecerão encerrados até à conclusão do inquérito ordenado pelo ministério.

«O sistema de vigilância funciona e o ministério actuou ao verificar uma falta grave de inspecção», explicou o ministro.

No matadouro de Loulé está prevista a entrada em funcionamento, até 10 de Abril, de um laboratório de despistagem da BSE.



FINANÇAS

Incentivos fiscais para o interior

O ministro das Finanças, Pina Moura, e a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, deslocaram-se, no dia 27, ao Fundão para apresentarem o Novo Sistema Fiscal para o Interior.

As medidas previstas neste sistema respeitam à lei 171/99, cuja portaria de regulamentação conjunta daqueles ministérios já tem redacção final e «será publicada em breve», segundo disse à Imprensa o deputado socialista Fernando Serrasqueiro, um dos responsáveis pela iniciativa legislativa.

Os benefícios aplicam-se às pequenas e micro empresas «e prevêem uma redução na taxa de IRC de 32 por cento para 25 por cento», podendo chegar mesmo «aos 15 por cento, nos primeiros cinco anos de actividade de novas empresas que se instalem no interior».

Está também prevista a isenção de contribuições para a Segurança Social durante três anos por cada novo posto de trabalho criado, além de uma majoração contabilística de 50 por cento dos encargos já existentes.

O novo enquadramento legal contempla, ainda, condições especiais para isenção de sisa na aquisição de imóveis para habitação e actividades empresariais por parte de jovens e a criação de duas linhas de financiamento para o fomento de actividades económicas, uma dirigida às autarquias e outra para pequenas e micro empresas que se instalem no Interior.



AMBIENTE

Sócrates toma decisão definitiva sobre co-incineração

O ministro do Ambiente, José Sócrates, vai elaborar no dia 5 de Abril um despacho sobre o processo de co-incineração, indicando se avança ou não com a queima de resíduos perigosos e as datas dos primeiros ensaios nas cimenteiras.

A emissão do despacho do ministro está agendada para aquela data, segundo o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, e a decisão de José Sócrates será tomada com base numa análise dos pareceres que foram enviados no período de consulta pública sobre a co-incineração, terminado sexta-feira passada.

O IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental, que recolheu todos os pareceres enviados desde 28 de Dezembro pelas populações e associações ambientalistas, tem uma semana para elaborar um relatório síntese sobre a consulta pública.

Após a entrega do relatório, prevista para os primeiros dias de Abril, o ministro tomará uma decisão sobre a co-incineração e sobre as datas dos primeiros ensaios nas cimenteiras.

Os primeiros testes de queima de resíduos deverão começar «em Abril ou em Maio», de acordo com declarações de José Sócrates em meados de Dezembro passado, um dia após o Grupo de Trabalho Médico ter anunciado que o processo de co-incineração «não tem consequências graves para a saúde das populações».



JUSTIÇA

Ministro defende norma de substituição de extradição dentro da UE

O ministro da Justiça, António Costa, defendeu, no dia 23, a criação de um mecanismo constitucional que permita aplicar as decisões judiciais da União Europeia sem necessidade de recorrer à extradição.

Numa antecipação do que poderá vir a transformar-se em mais uma alteração constitucional, António Costa alertou a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para a necessidade de «se encontrar conforto constitucional para algumas decisões que possam vir a ocorrer no futuro».

Entre elas, disse, a criação do Espaço Europeu de Segurança, Justiça e Liberdades que, entre outras medidas, prevê o reconhecimento mútuo de decisões judiciais entre os Quinze. O aparecimento de uma alternativa à norma constitucional que exige garantias nos casos de extradições com horizonte de prisão perpétua poderá ser assim um dos pontos da revisão constitucional, tanto mais que o PS já revelou que, no seu projecto, além da adesão de Portugal ao TPI, consta o da criação do Espaço Europeu de Segurança, Justiça e Liberdades.

Considerando «uma mera lavagem de consciência» a actual norma constitucional que faz depender a extradição de um suspeito que enfrenta a pena de prisão perpétua da garantia do país requerente de que não será aplicada tal sanção, António Costa defendeu a necessidade de um outro mecanismo para o espaço europeu.



DEFESA

Certificação ambiental nas unidades militares

O ministro da Defesa anunciou, no dia 23, que o Governo pretende implementar sistemas de gestão ambiental em diversas unidades militares, de acordo com uma estratégia que vem sendo adoptada pelas Forças Armadas dos países da Nato.

O anúncio foi feito em Setúbal, durante as comemorações do Dia da Unidade, onde se incluiu a cerimónia de entrega do diploma de certificação ambiental do Campo de Tiro de Alcochete, pela norma ISSO 14001, na sequência da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental daquela unidade militar.

Castro Caldas enalteceu o empenho da Direcção-Geral de Infra-Estruturas na certificação ambiental do campo de Tiro de Alcochete, que considerou «um incentivo para que o programa ambiental seja aplicado noutras unidades militares».

Em declarações aos jornalistas, o ministro da Defesa reconheceu que a certificação ambiental implica um reforço das dotações orçamentais, mas assegurou que «existe disponibilidade política do Governo para que algumas unidades militares também sejam acervo de conservação da natureza».



PLANEAMENTO

Balço positivo do Pronorte

A ministra do Planeamento fez um balanço positivo do Programa Operacional do Norte – Pronorte, no passado dia 23, mas mostrou-se preocupada com a qualidade dos projectos candidatos ao novo Programa Operacional da Região denominado ON – Operação Norte. Segundo Elisa Ferreira, que falava no Porto, é preciso introduzir melhorias ao nível da qualidade dos projectos, e ver de que forma é que vão contribuir para o desenvolvimento da região.

A ministra falava na sessão pública de balanço do Pronorte, o programa que no âmbito do segundo Quadro Comunitário de Apoio (II QCA) envolveu um montante de investimentos físicos ou infra-estruturais de 159 milhões de contos (795 milhões de euros). A comparticipação do FEDER naqueles projectos foi de 115 milhões de contos (575 milhões de euros).

Em relação à aplicação das verbas do II QCA no Norte, a governante considerou que o Pronorte fez com que as mudanças na região se sintam. «Não em termos quantitativos, mas qualitativos», disse.

Elisa Ferreira destacou os projectos de carácter «imaterial, de dinamização socioeconómica», que foram financiados pelo Pronorte, e que representam um montante equivalente a 7,5 por cento do total.

O Pronorte permitiu, disse, «duplicar a taxa de crescimento de espectáculos de carácter cultural, comparando o ano de 1994 com o de 1998».



SAÚDE

Nova rede de hospitais de urgência

Os hospitais portugueses vão passar a estar hierarquizados mediante os três grupos de urgência: básica, médico-cirúrgica e polivalente, revelou, no dia 22, a ministra da Saúde.

Manuela Arcanjo explicou que esta rede de hospitais de urgência, que deverá ainda este ano entrar em funcionamento, visa poupar ao doente a deslocação entre hospitais.

Mesmo que o hospital onde existe a urgência apropriada para o caso esteja afastado, o doente será transportado para a unidade de saúde apropriada, nomeadamente de helicóptero.

A hierarquização dos hospitais tem como «principal vantagem» o facto de «um doente que sofre um acidente não ter de percorrer os hospitais» até ser atendido no serviço específico para o seu caso, explicou a ministra.

Segundo a titular da pasta da Saúde, a medida consta da «reforma em curso» das urgências e emergência médica, da qual consta as «vias verdes» coronária (em funcionamento) do acidente vascular cerebral e do grande trauma (estas últimas a anunciar em breve).

A reestruturação do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) também consta da reforma, bem como a expansão dos meios: helicópteros e viaturas médicas de emergência rápida.

Ainda no âmbito das urgências, Manuela Arcanjo regozijou-se com os resultados do primeiro ano do novo modelo das urgências pediátricas, através do qual foi possível a redução de 58 por cento dos atendimentos hospitalares.



SOLIDARIEDADE

Centros distritais aproximam serviços e cidadãos

O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social sublinhou, no dia 27, no Porto, o «papel fundamental» que os novos centros distritais da Segurança Social desempenham no reforço da eficácia dos serviços e na aproximação aos cidadãos.

«Estilhaçar o vidro e eliminar o balcão» que separa o sistema dos utentes foi o desafio lançado pelo governante à nova directora do Centro Distrital de Solidariedade Social do Porto, Palmira Macedo, que na passada terça-feira tomou posse do cargo.

Segundo Simões de Almeida, o «objectivo central» da reforma orgânica em curso no sector é «a aproximação do sistema, mesmo ao nível da decisão, aos cidadãos».

«Os centros distritais serão um novo pilar operativo essencial, complementado pelas lojas de solidariedade e segurança social que serão a nossa imagem de qualidade na prestação de serviços aos cidadãos», acrescentou.

Os centros distritais estão integrados no Instituto de Solidariedade e Segurança Social para o qual foram transferidas as competências e atribuições dos centros regionais de segurança social e do Centro Nacional de Pensões, extintos desde Janeiro deste ano.

Referindo a «descentralização de competências» como um dos pontos essenciais da nova reforma, Simões de Almeida explicou que os cinco centros regionais extintos tinham autonomia integral de decisão, mas o facto de não existir nenhuma unidade nacional originava grandes deficiências no circuito orgânico, designadamente ao nível do sistema informático.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Assinalar o Dia Mundial da Floresta com a aprovação de medidas que reforçam a protecção a espécies particularmente representativas dos sistemas agro-florestais do País;
- Um decreto-lei que estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira;
- Um decreto-lei que permite a título excepcional que, no ano 2001, o período de colheita de pinhas de pinheiro manso se prolongue até 1 de Maio;
- Uma resolução que autoriza a cedência das casas dos guardas florestais que se encontram desactivadas a organizações ou entidades que prossigam objectivos compatíveis com o desenvolvimento das zonas rurais, preservação dos recursos naturais e da paisagem e com a manutenção do ambiente
- Um decreto-lei que estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de prestador de serviços postais explorados em concorrência;
- Um diploma que altera algumas disposições do decreto-lei n.º 33/97, de 30 de Janeiro, adequando ao actual teor da Convenção Bilateral CECA as normas jurídicas internas que definem a atribuição de medidas especiais de protecção social aos trabalhadores das empresas dos sectores do aço;
- Um decreto regulamentar que aprova a lista de doenças profissionais e respectivo índice codificado;
- Um decreto que exclui do regime Florestal Parcial uma área de 8 hectares de terreno situado na freguesia de Cortegaça, concelho de Ovar, integrada no Perímetro Florestal das Dunas de Ovar – Polígono Norte e que se destina à instalação de equipamentos desportivos;
- Um decreto regulamentar que altera e republica a legislação que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- Uma resolução que designa para representante do sector empresarial do Estado no Conselho Económico e Social António Castro Guerra, presidente do Conselho de Administração do IPE – Investimento e Participações Empresariais, SA, e para representante suplente Maria José Constâncio, vice-presidente do Conselho de Administração do IPE.



O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



GP/PS

Proposta de substituição

SOLUÇÕES CONCRETAS PARA PERIGOS DA RADIOACTIVIDADE

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou, na passada sexta-feira, dia 23, no Parlamento, uma proposta de substituição que funde, com alterações, duas iniciativas legislativas relativas a recomendações ao Governo de medidas concretas para a resolução de problemas relacionados com a radioactividade dos resíduos e das minas de urânio abandonadas.

A bancada socialista recomenda, assim, a adopção por parte do Executivo de Guterres, de soluções concretas no perímetro das minas da Urgeiriça.

Segundo os parlamentares do PS, as minas de urânio do complexo Urgeiriça, da exploração da Empresa Nacional de Urânio (ENU), podem provocar problemas de segurança na zona envolvente.

«O tipo de tratamento químico utilizado na separação do minério, algumas características dos resíduos resultantes desta operação, aliados à manutenção de elevados stocks de urânio, colocam problemas ambientais de possível contaminação de solos e de águas, com impactos perigosos e relevantes para a saúde das comunidades que vivem na área circundante», alertaram os socialistas.

Manifestamente preocupados com o futuro das várias dezenas de jazigos de urânio localizados no distrito da Guarda, os deputados da bancada do PS propuseram à Assembleia da República que recomendasse ao Governo, em prol da saúde pública e da preservação ambiental, que «dinamize as medidas concretas para

resolver o problema da radioactividade nos resíduos e nas minas de urânio abandonadas nos distritos da Guarda e Viseu, bem como noutras regiões do País». Delimitar cada uma das minas abandonadas do complexo de Urgeiriça, procedendo à sua identificação, sinalização e vedação, foi outra das recomendações avançadas pelos socialistas ao Parlamento.

A definição de um perímetro de protecção, a monitorização da qualidade das águas subterrâneas, a melhoria do aproveitamento dos saberes e equipamentos existentes na ENU, o correcto acondicionamento e armazenamento de todo o minério de urânio e derivados, bem como a vigilância epidemiológica nas comunidades locais, foram outras das propostas apresentadas pelo GP/PS.

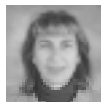
Na proposta de substituição subscrita pelos deputados Joel Hasse Ferreira, Renato Sampaio, Miguel Ginestal e Isabel Zacarias, entre outros, sugere-se ainda à Assembleia da República que recomende ao Executivo socialista a realização de estudos epidemiológicos da radioactividade e suas consequências para a saúde pública e qualidade do ambiente na Guarda, Viseu e Coimbra; que assegure a correcta situação social dos actuais trabalhadores da ENU e que adopte medidas, no âmbito do ordenamento do território, com vista a prevenir ocupações humanas em zonas de radiação.

MARY RODRIGUES

DEPUTADA JOVITA LADEIRA

Segurança alimentar

PROTEGER PACTO DE CONFIANÇA ENTRE CONSUMIDORES E AGRICULTORES



A deputada socialista Jovita Ladeira convidou todas as bancadas parlamentares do hemiciclo de São Bento a debater a questão do surto de febre aftosa nos animais «sem demagogias, com seriedade, transparência e responsabilidade».

A parlamentar do PS falava no dia 22, na Assembleia da República, aquando da discussão em plenário da situação gerada pela epidemia de febre aftosa que tem atacado o gado europeu em proporções alarmantes.

Jovita Ladeira não deixou passar a oportunidade de esclarecer, mais uma vez, que a doença em questão não é uma questão de saúde pública, pois não representa perigo para o ser humano. Porém, frisou trata-se de um problema grave de «sanidade animal e de sustentabilidade económica do sector pecuário».

Segundo a deputada do GP/PS, a febre aftosa é um tema que põe em evidência que o problema da agricultura não se resume à produção. O desafio que deparamos diz respeito, também e sobretudo, a preocupações vinculadas à qualidade, à segurança alimentar, à preservação dos recursos naturais disponíveis e ao desenvolvimento do mundo rural.

«O desenvolvimento sustentado do sector exige um pacto de confiança entre agricultores e consumidores, exige o respeito pelas normas de segurança

alimentar e exige uma opção clara pela produção com qualidade», defendeu Jovita Ladeira, que não deixou de frisar, neste sentido, a «forma pronta, séria e responsável como o assunto tem vindo a ser tratado pelo Ministério da Agricultura». Sem esconder as dúvidas que se lhe colocam sobre a vontade da União Europeia (UE) em assumir medidas firmes e dramáticas na prevenção da possível propagação da febre aftosa, a parlamentar socialista citou como exemplo a atitude do governo nacional, muito embora não tenha sido detectado até ao presente nenhum caso de febre aftosa em animais portugueses.

«Desde o primeiro momento o Governo de Portugal, através do Ministério da Agricultura, manifestou a sua preocupação, o seu forte empenhamento e a sua determinação no accionar de um conjunto de medidas preventivas no combate à doença», declarou Jovita Ladeira, elencando sumariamente algumas das iniciativas desenvolvidas e dando destaque ao facto de que, na importação de animais, Portugal foi mais além do exigido pela UE ao aplicar as restrições a todo o território francês e não só à áreas definidas pela Comissão Europeia».

«Assumi ainda o Ministério da Agricultura um conjunto de medidas complementares de prevenção. Assim, não é permitida a realização de touradas, exposições, feiras e mercados de gado», observou ainda Jovita Ladeira, referindo-se ao exemplo do recente certame da Ovíbeja. MARY RODRIGUES

REFORMA DO ESTADO

Alberto Martins anuncia

NOVA LEI PARA COMBATER CLIENTELISMO

O ministro da Reforma do Estado classificou, no dia 22, a reforma da Administração Pública como a principal prioridade do Governo e anunciou a preparação de uma lei para combater o clientelismo nas contratações.

Falando na reunião do Grupo Parlamentar do PS, na qual foi analisado o relatório da Administração Pública elaborado pelo constitucionalista Vital Moreira, o ministro defendeu a reforma da administração pública deve ter como grandes objectivos a qualificação e a eficiência.

A intervenção de Alberto Martins surgiu na sequência de críticas da bancada socialista à agenda do partido e do Governo e do relatório de Vital Moreira sobre a criação de institutos públicos.

Alberto Martins defendeu que a reforma administrativa deve ter prioridade sobre outras questões, até mesmo do que a reforma eleitoral.

Durante a reunião, a deputada Helena Roseta questionou Alberto Martins e defendeu que a reforma da administração pública deve ter como objectivo a eliminação do clientelismo e da corrupção, exigindo resultados concretos neste domínio.

Alberto Martins respondeu com o anúncio de uma lei em preparação que vai regulamentar o acesso e contratações de pessoal na função pública para combater o clientelismo.

Outra medida divulgada pelo ministro foi a criação de uma bolsa de emprego *o-line*, à qual os cidadãos poderão aceder.

GP/PS

Voto de congratulação

SPORTING DE ESPINHO NO TOPO EUROPEU

Os deputados socialistas Rosa Maria Albemaz e Laurentino Dias apresentaram, no dia 22, na Assembleia da República, um voto de congratulação pelo êxito do Sporting Clube de Espinho na Taça Europeia de voleibol de Clubes de Topo. Para os parlamentares do PS eleitos pelo círculo de Aveiro, «o voleibol nacional acaba de cometer um feito histórico, pois, pela primeira vez uma equipe portuguesa venceu uma competição europeia de clubes».

Segundo os deputados do GP/PS, esta vitória, tendo sido merecida, constituiu uma «recompensa para o clube», pelos muitos anos de dedicação à modalidade, «representando um forte contributo para a divulgação do voleibol e reforçando o prestígio internacional do País». M.R.



DEPUTADO BARROS MOURA

Segurança rodoviária

PS CONSIDERA PRIORITÁRIA A LUTA CONTRA O MORTICÍNIO NAS ESTRADAS E RUAS



O Partido Socialista «considera uma prioridade nacional o reforço da segurança rodoviária e o combate à sinistralidade nas estradas e ruas do nosso país»,

afirmou no dia 15, na Assembleia da República, o camarada Barros Moura.

«Os números são impressionantes e devem preocupar a todos. No ano 2000, 44 mil acidentes, 1630 mortos, 59728 feridos sendo de 3,70 o número de mortos por 100 acidentes com vítimas», realçou o deputado do PS.

Acrescentou que «os órgãos de comunicação transmitem imagens dramáticas dos acidentes. São por vezes chocantes e sensacionalistas. Mas isso ajuda a uma tomada de consciência. É necessário continuar os esforços para pôr termo ao morticínio».

Segundo o camarada Barros Moura, «o que se passa nas nossas estradas é um sinal de atraso cultural e social coexistindo com a melhoria do nível de vida e com a multiplicação dos automóveis no nosso país».

«Objectivo fundamental», sustentou, «é a definição consensual de uma política de prevenção e segurança e a mobilização dos cidadãos para o seu cumprimento e aplicação».

Com efeito, adiantou, «a gravidade do problema reside, sobretudo, na falta de respeito de cada um pela vida e segurança de todos os outros. Há um problema de falta de responsabilidade cívica e, por isso, um défice de cidadania que temos de enfrentar e resolver».

Elencou depois um vasto conjunto de causas para a actual situação, como, por exemplo, entre outras, «o aumento exponencial do parque automóvel sem



melhoria correspondente do nível cultural e educativo e da formação específica para a condução»; «a inadequação das infra-estruturas rodoviárias por envelhecimento, exiguidade, má conservação ou deficiente concepção»; «a deficiente, ou inexistente, sinalização em muitas das nossas estradas e vias urbanas»; «a inexistente, insuficiente ou deficiente fiscalização»; «excesso de velocidade»; «manobras perigosas»; «condução sob efeito de álcool ou drogas». Neste contexto, referiu que há que reconhecer que o investimento feito pelo Governo não foi em vão.

«As políticas produzem resultados: reduzir os sinistros e as suas consequências. Enquanto o número de automóveis subiu

de 0,5 milhões em 1975 para 5 milhões em 2000, o número de mortos na estrada desceu de 2676 naquele ano para 1630 em 2000», disse.

«Mas não podemos conformar-nos», alertou. Referiu que a proposta de resolução apresentada pelo PS prevê, não exaustivamente, cinco modalidades de medidas, várias das quais já em preparação pelo Governo e prontas a ser adoptadas: «O reforço da prevenção e repressão da condução sob influência do álcool ou drogas, através de alterações aos códigos Penal e da Estrada e da melhoria dos meios de fiscalização, bem como do agravamento da pena acessória de inibição de conduzir; Melhoria da fiscalização e do combate às

manobras perigosas e excesso de velocidade (radares fixos; videovigilância; meios aéreos; campanhas selectivas de vigilância)».

O Governo, disse, pode assumir compromissos concretos, tais como mais e melhor investimento na melhoria das infra-estruturas viárias e da sinalização rodoviária; maior eficácia na execução das sanções e na responsabilização dos condutores (incluindo mais céleres notificações; não renovação de carta de condução e não certificação da inspecção de veículos sem prévia regularização das multas; imobilização do veículo); política de educação e cultura de segurança rodoviária».

«Mesmo correndo o risco de ser impopular, temos de dizer a verdade aos portugueses: é dos cidadãos, é de cada um de nós, que não cumpra as regras do trânsito, a principal responsabilidade do morticínio que enluta as famílias e inutiliza ingloriamente tantos e tantas, compatriotas», afirmou.

Para Barros Moura, «o Estado e as autarquias deverão assumir as suas próprias responsabilidades: na regulamentação; na fiscalização; na penalização e repressão; na prevenção; no ensino e educação; nas infra-estruturas e sinalização. É o que propomos na nossa proposta de resolução. Incitamos o Governo a assumir suas responsabilidades e acompanharemos e fiscalizaremos a sua execução».

O Partido Socialista, sublinhou, «deseja que este debate – em que a AR assume a plenitude do seu poder na estrutura democrática do Estado português – seja o primeiro passo de uma mobilização do sistema político e da sociedade contra a insegurança rodoviária, pela liberdade e pela vida».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO RENATO SAMPAIO

Programa Polis

MAIS UMA OPORTUNIDADE PERDIDA DO PSD PARA MOSTRAR SERVIÇO

O deputado do PS Renato Sampaio, numa intervenção no dia 21 de Março na Assembleia da República (AR), aquando da discussão de um projecto de resolução da bancada laranja sobre o Programa «Polis», afirmou que «o PSD revela uma empenhada tentativa de mostrar serviço que, no entanto, surge aos olhos de quem acompanha este projecto, como uma tentativa fora de tempo, sem imaginação, e, até, algum despeito por não ter tido, afinal, a ideia do "Polis"».

Para Renato Sampaio, esta iniciativa

legislativa do PSD é mais uma «oportunidade perdida» para que na AR se realizasse um verdadeiro e autêntico debate sobre a política de cidades, a requalificação urbana e a valorização ambiental das nossas cidades.

Par além de diversas «imprecisões» detectadas no projecto laranja, o deputado do PS afirmou que se trata de uma iniciativa «fora de tempo» e que o seu conteúdo «não faz hoje qualquer sentido, uma vez que as questões que coloca, ou já foram discutidas e aprovadas na AR,

ou o Governo sobre essas matérias já tomou todas as medidas achadas por convenientes».

No entanto, sublinhou que nem tudo é perdido no projecto de resolução do PSD, acrescentando que o PS está de acordo com o primeiro parágrafo que refere: «A qualidade de vida nas áreas urbanas só pode estar na linha da frente de qualquer intervenção séria no domínio da política do ambiente.»

«Estamos de acordo», referiu o deputado socialista, salientando no entanto que a

diferença reside no facto de o Governo do PS ter diagnosticado a situação e lançado um programa exemplar: o «Polis».

Programa que, frisou, «estabelece as linhas-mestras da política de requalificação urbana e valorização ambiental das nossas cidades, em que pela primeira vez se assume a política de cidades como uma prioridade na política ambiental, ao contrário do PSD, que ao fim de dez anos de governo apenas fez o diagnóstico».

J. C. CASTELO BRANCO

ANGOLA

ONU exige

CUMPRIMENTO DAS SANÇÕES CONTRA A UNITA

A UNITA, o principal responsável pelo atroz sofrimento imposto ao povo angolano, com largos milhares de mortos, feridos e estropeados; a UNITA, que nunca respeitou os resultados eleitorais, confirmados por observadores de todos os matizes, a UNITA liderada por Savimbi continua a ser alvo de condenação das instâncias internacionais.

Desta feita, o presidente do Comité de Sanções da ONU contra a UNITA, Richard Ryan, afirmou em Luanda que as Nações Unidas «não estão dispostas a tolerar qualquer diversão» que leve ao incumprimento das resoluções do Conselho de Segurança.

«A ONU não está disposta a tolerar qualquer diversão, seja por indivíduos ou pelos Estados membros das Nações Unidas, ao cumprimento das obrigações que são impostas pelas suas resoluções», salientou Richard Ryan.

Acrescentou que as Nações Unidas têm como objectivo «fazer aplicar de maneira mais completa possível as resoluções contra a UNITA».

O diplomata irlandês, que preside ao Comité de Sanções desde o final do ano passado, falava aos jornalistas domingo à noite, momentos depois de chegar à capital angolana para uma visita de cinco dias.

Segundo Ryan, «a UNITA não deve receber qualquer apoio de nenhum Estado-membro



da ONU, de organizações ou de indivíduos que lhe permita atingir objectivos políticos por meios não democráticos e violentos». «As Nações Unidas partilham desse objectivo e vamos analisar as vias e os

Nesse sentido, o presidente do Comité de Sanções da ONU contra a UNITA salientou que a sua deslocação a Angola tem por objectivo «recolher informações sobre o país», acrescentando que espera manter encontros em «profundidade» com representantes do governo angolano, de outros Estados, de organismos internacionais, do parlamento e organizações não-governamentais.

«O meu dever em nome do Conselho de Segurança da ONU é controlar e verificar as obrigações de todos os membros da ONU sobre o que lhes impõem as suas resoluções contra a UNITA», frisou Richard Ryan.

O diplomata tem previstos encontros com os ministros angolanos das Relações Exteriores, João Miranda, e da Defesa, Kundi Paima, além do chefe de Estado-Maior das FAA, general Armando da Cruz Neto.

A visita de Richard Ryan decorre cerca de um mês depois de ter estado em Angola uma missão de peritos do mecanismo de acompanhamento das sanções contra a UNITA, liderada pelo diplomata chileno Juan Larrain.

O Conselho de Segurança da ONU analisou a 22 de Fevereiro o relatório preliminar deste mecanismo, devendo voltar a reunir-se, em Abril, para avaliar o cumprimento das sanções impostas contra a UNITA através da resolução 1295/2000.

MEDIA

Relatório denuncia

DEZENAS DE JORNALISTAS MORTOS E APRISIONADOS EM 2000

Vinte e quatro jornalistas foram mortos no exercício das suas funções em todo o mundo em 2000, segundo um relatório do Comité para a Protecção dos Jornalistas (CPJ).

Dos 24 repórteres mortos, 16 foram assassinados e, na maior parte dos casos, os responsáveis pelo seu desaparecimento continuam em liberdade, sublinhou a organização.

«Os assassinatos de jornalistas raras vezes são resolvidos de forma activa e os assassinos raras vezes são incriminados, nomeadamente na Colômbia e na Rússia», denunciou o CPJ.

Três jornalistas foram mortos na Colômbia em 2000, o que eleva para 34 o número de repórteres mortos neste país nos últimos 10 anos.

Na Rússia foram também mortos três jornalistas, tal como na Serra Leoa. O número de jornalistas feitos

prisioneiros regrediu ligeiramente, passando de 87 em 1999 para 81 em 2000.

A China surge no topo desta lista, com 22 jornalistas detidos no fim de 2000.

O relatório denuncia igualmente a forma como vários regimes tratam o direito à informação.

Na Coreia do Norte, por exemplo, ouvir informação proveniente do estrangeiro é um crime punível com pena de morte.

No Iraque, o filho de Saddam Hussein controla um vasto império mediático e não existe imprensa independente, sublinhou o Comité.

Em dois países da Ásia central, os governos restringiram o acesso à Internet. No Turquemenistão, o presidente vitalício Saparmourat Niazov encerrou todos os fornecedores de acesso à Internet e no Cazaquistão o acesso à rede foi «bloqueado por razões técnicas».

ÁFRICA

OUA defende

TOLERÂNCIA ZERO CONTRA DISCRIMINAÇÕES

O secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), Salim Ahmed Salim, defendeu no dia 23 uma «tolerância zero» para qualquer forma de discriminação nas sociedades africanas.

«Precisamos de continuar a cultivar uma sociedade em que haja uma tolerância zero sobre qualquer género de discriminação», afirmou Salim, anunciando a realização de 2001 na África do Sul da conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância.

Segundo o secretário-geral da organização pan-africana, «os casos de intolerância religiosa e étnica são particularmente preocupantes».

Salim evoca «o aparecimento de formas tênues de conflitos causados pelas diferenças religiosas, étnicas e regionais que devem ser contidas e vencidas».

«Por vezes a compaixão tradicional face aos refugiados, pedidos de asilo,



trabalhadores imigrados e de estrangeiros é gravemente corroida, dando azo à hostilidade e à xenofobia», sublinhou.

O responsável da OUA apelou ainda a todos os africanos para combater «o racismo em todas as suas formas».

Uma conferência mundial contra o racismo deverá realizar-se em Durban de 31 de Agosto a 7 de Setembro de 2001.

ANTÓNIO COSTA DEFENDE «POLÍCIA CIENTÍFICA»

O Portugal tem que desenvolver de forma «urgente» os meios legais de combate à venda ilícita de armas e à criminalidade económica e financeira, defendeu na passada segunda-feira, dia 26, o ministro da Justiça, António Costa.

«Uma moldura penal que isenta os traficantes de armas da possibilidade da aplicação da prisão preventiva é claramente desadequada e requer intervenção urgente», afirmou o governante. No combate à criminalidade económica e financeira, António Costa considera importante definir «materialmente alguns crimes e dotar as autoridades judiciais e policiais de meios de mais eficaz capacidade de investigação designadamente no que diz respeito à informação bancária».

O ministro, que falava no encerramento do congresso da Associação dos Socioprofissionais dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC) da Polícia Judiciária, considerou também prioritário «reforçar os poderes do pessoal de investigação criminal não só no processo como, sobretudo, na fase de prevenção criminal», uma matéria que «não ficou resolvida» nem no Código de Processo Penal nem na Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

Ao intervir na cerimónia, o ministro da Justiça considerou também necessário e urgente «dar saltos importantes no preenchimento dos quadros da Polícia Judiciária», nomeadamente no que se refere ao preenchimento das vagas da carreira de investigação.



Com o objectivo de dotar a PJ de mais e melhores meios, o ministro lembrou que o orçamento da corporação aumentou 21 por cento entre 2000 e 2001 e garantiu a vontade política de, em 2002, manter um investimento de três milhões de contos para melhorias no Laboratório de Polícia Científica, desenvolvimento dos meios de telecomunicações e informáticos, viaturas, armamento e equipamento de segurança. O ministro disse também ficar «perplexo» com a vontade em reabrir o debate sobre o modelo de investigação criminal aprovado no ano passado e garantiu que o modelo defendido pelo Governo é o que resulta da Lei da Investigação Criminal aprovada na Assembleia da República. Esse modelo, continuou, assenta num corpo superior de polícia onde a PJ se «especializa na criminalidade mais

complexa e mais grave que requer uma polícia com a natureza de uma polícia científica» e que valoriza as competências de investigação criminal da PSP e da GNR «como polícias de proximidade e que devem ser aptas a combater a criminalidade mais difundida em todo o território nacional».

«É um modelo claro que aposta na valorização naquilo em que há a valorizar em cada cooperação e aposta num grande espírito de cooperação e coordenação entre todas as forças», afirmou.

Para António Costa, o sistema integrado de informação criminal é a «pedra angular» do sucesso deste modelo de coordenação policial e será «tanto mais útil quanto mais rico for», disse ao salientar a importância de dotar o sistema das informações criminais em poder da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

Para o ministro da Justiça, o ano 2000 ficou marcado por alterações legislativas que «encerraram uma primeira etapa, não encerraram todo um percurso», um caminho que o governante considera ter que se traduzir na «regulamentação da Lei Orgânica da Polícia Judiciária», uma tarefa de mais de uma dezena de diplomas que terão de ser produzidos este ano.

Resposta pronta, eficaz e eficiente

Segundo a linha de pensamento do ministro, o director nacional da Polícia Judiciária, Luís Bonina, considerou que «as novas manifestações do fenómeno

criminoso na sociedade, tantas vezes acompanhadas de características de opacidade e sofisticação, de maior violência e de organização não confinadas às fronteiras tradicionais do Estado, colocam problemas e novos desafios».

A esses problemas e desafios, o director da PJ considera necessário «responder com prontidão, eficácia e eficiência», uma tarefa «só possível tendo para tanto meios humanos e técnicos suficientes e de qualidade».

«Clarificadas as competências e atribuições (com a nova Lei Orgânica da PJ), antevê-se no curto prazo a possibilidade de libertar meios humanos, mas também de formar novos, na continuação de uma política recentemente intensificada, que tem como primeira meta o cabal preenchimento do quadro actual», afirmou.

Para Luís Bonina, a Lei Orgânica da Polícia Judiciária e a Lei da Organização da Investigação Criminal «definem orientações estratégicas fundamentais, redistribuem competências pelos órgãos de polícia criminal de uma forma mais racional, realista e gradual e vão permitir à PJ entrar no novo século melhor posicionada e apta a assumir o seu relevante papel no combate ao crime mais grave, complexo e organizado».

Por outro lado, o director da PJ considerou que um eficaz combate à criminalidade, uma «investigação criminal consistente, célere e sólida, são objectivos que tanto melhor se atingirão, quanto melhor for a articulação e coordenação entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária».

CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS NA ÁREA DA CULTURA

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, defendeu na semana passada, no Porto, a exploração de novas oportunidades de emprego na área da indústria da cultura.

Paulo Pedroso anunciou que o Governo está a estudar a criação de um Centro de Formação Profissional para a área cultural, a nível nacional.

«Este centro de formação profissional deverá ter, numa primeira fase, pólos nas cidades de Lisboa, Porto e Vila Real», adiantou.

Para o governante, a cultura está em franca expansão, o que justifica apostar na criação



de novas áreas de emprego, como na programação, publicidade e/ou na promoção de eventos.

O ministro falava no Instituto de Defesa Nacional, antes de proferir uma conferência para os participantes do Curso de Defesa Nacional sobre «Emprego e Formação». Apontou «a situação de desemprego em Portugal no contexto da União Europeia (UE)» como tema central da sua intervenção.

«Portugal tem, neste momento, uma das mais baixas taxas de desemprego na UE», disse, acrescentando ser «a mais baixa desde que o País entrou para a Comunidade».

Paulo Pedroso recordou, no entanto, «alguns indicadores preocupantes, que se prendem com a inserção de jovens na vida activa com habilitações médias ou superiores, com a percentagem de desempregados de longa duração e com as baixas qualificações de 80 por cento dos desempregados, que não têm mais do que o nono ano de escolaridade».

O curso, a decorrer até Junho em Lisboa e no Porto, visa «dar oportunidades de reflexão e informação sobre Defesa Nacional a um conjunto de dirigentes e quadros superiores da Administração Pública», referiu a subdirectora do Instituto de Defesa Nacional, Rita Cabral.

GUTERRES LANÇA PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO

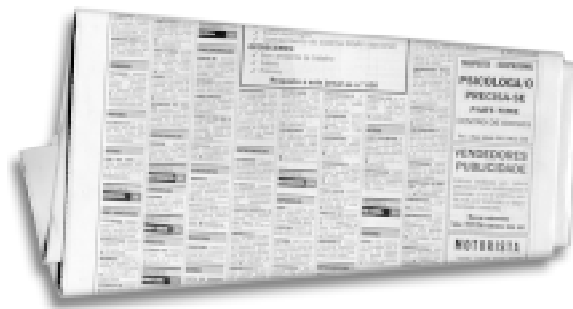
O primeiro-ministro assinalou o 50º mês consecutivo de descida do desemprego em Portugal, lançando o programa «Estímulo à oferta de emprego».

Trata-se de uma acção na qual o Governo investirá 60 milhões de contos até 2006.

Após uma visita, na semana passada, à fábrica Luso Colchões, na Freguesia de Amiais de Cima, em Santarém, no qual esteve acompanhado pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, pelo governador civil e pelo presidente da Câmara de Santarém, António Guterres referiu que o ano de 2000 registou o mais baixo índice de desemprego desde que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia.

«A primeira prioridade do meu Governo, em 1995, foi combater o desemprego e esse objectivo teve êxito também graças ao comportamento do tecido produtivo nacional», referiu Guterres.

Apesar de os dados de Fevereiro desde ano apontarem uma diminuição do desemprego de 1,5 por cento face ao mesmo mês no ano 2000, o primeiro-ministro considerou necessário «não desarmar» na luta pela criação de postos de trabalho, definindo como novas metas «a identificação dos núcleos duros que subsistem no



desemprego».

É precisamente para esse «núcleo duro» de desempregados de longa duração que, segundo o chefe do Governo, se destina o programa «Estímulo à oferta de emprego». Além de prever uma simplificação de cinco regulamentos para um só, o programa apoia até cerca de 20 mil contos os empresários que mantenham o nível de emprego ao longo de quatro anos.

São também concedidos apoios à contratação, através de subsídios não reembolsáveis de 12 salários mínimos por cada posto de trabalho preenchido por jovens à procura do primeiro emprego, desempregados de longa duração com mais de 45 anos ou beneficiários do rendimento mínimo garantido.

No caso de o empresário empregar um cidadão portador de deficiência, o valor do

apoio estatal atinge os 18 salários mínimos. Justificando estas medidas dirigidas a alvos específicos da população portuguesa, o ministro do Trabalho e da Solidariedade sustentou que «quanto mais baixo é o desemprego, mais grave se torna a situação das pessoas que continuam sem trabalho». Por este programa, são igualmente concedidos apoios a iniciativas locais de emprego e a projectos de criação de trabalho promovidos por beneficiários de prestações desemprego que criem uma actividade profissional a tempo inteiro para si.

De acordo com o diploma, as pessoas nesta última situação terão o direito a receber de uma só vez o montante global do subsídio de desemprego e que teriam direito caso permanecessem inactivas.

A empresa Luso Colchões, visitada pelo primeiro-ministro, apresentou nos últimos anos taxas de crescimento na ordem dos 20 por cento, estando entre as principais firmas do distrito de Santarém.

Perante o líder socialista, António Guterres, o proprietário da Luso Colchões, Joaquim Louro, que começou a vida como carpinteiro da construção civil, procurou dar a ideia de que a sua fábrica funciona num esquema de autogestão, afirmando: «Esta é uma casa de toda a gente que trabalha.»

GAMA NA PRIMEIRA VISITA OFICIAL COM NOVO GOVERNO

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, efectuará uma visita oficial a Cabo Verde em Abril, a primeira desde a posse do novo Governo deste país liderado por José Maria Neves.

Trata-se de um encontro político que versará sobre as relações entre os dois países, consideradas excelentes.

Cabo Verde está actualmente numa fase de reorganização das suas relações externas, na sequência do programa do novo governo saído das eleições de 11 de Fevereiro.

Cabo Verde, que mantém com Portugal um conjunto de projectos de cooperação, convidou igualmente o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Amado, para visitar o país. A cooperação entre Portugal e Cabo Verde foi já apreciada numa reunião havida entre 22 e 24 de Fevereiro entre os ministros das Finanças dos dois países, Joaquim Pina Moura e Carlos Bule.

A estrada do novo aeroporto internacional até à Cidade da Praia, na ilha de Santiago,

e a Feira Internacional de Cabo Verde, na ilha do Mindelo, estão entre os principais projectos cujo arranque se prevê ainda este ano.

Mário Camões, conselheiro para a Cooperação cabo-verdiana, disse que já foram acordados os respectivos financiamentos, globalmente na ordem dos seis milhões de contos.

Cabo Verde e Portugal prosseguem uma boa relação de cooperação, sendo de salientar que a par das áreas da educação e da saúde, desenvolvem permanentemente relações culturais.

No próximo dia 6 de Abril haverá um encontro, em Lisboa, das Agências Noticiosas dos sete Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A 7 de Abril, Cesária Évora, a diva da morna cabo-verdiana, encherá o Pavilhão do Atlântico em Lisboa num espectáculo em que participarão também Ildo Lobo, Tito Paris e outros artistas. Na altura será também apresentado o seu novo CD, uma

retrospectiva da sua carreira.

Portugal, que acolhe uma comunidade de perto de 80 mil cabo-verdianos, a maioria a trabalhar em profissões mal remuneradas e com problemas de alojamento condigno, é o primeiro parceiro de cooperação com Cabo Verde.

Mário Camões referiu que o seu país pretende reanalisar também a possibilidade de reforçar a cooperação com alguns países europeus que têm vindo a reduzir a sua ajuda a Cabo Verde, nomeadamente a Suécia, Holanda e Suíça.

A boa gestão dos fundos concedidos é, paradoxalmente, o factor que leva à menor ajuda externa, mas que prejudica muito este país de parcos recursos naturais.

Portugal mantém uma das suas principais vertentes na cooperação com este país da CPLP nos sectores da Educação e Ensino e Formação Profissional, a diferentes níveis, nomeadamente através de bolsas de estudo.

São cerca de 300, em média, as bolsas que anualmente possibilitam os estudos a cabo-

verdianos.

Além de bolsas do Instituto Português da Cooperação e da Fundação Calouste Gulbenkian, existem as bolsas do Governo cabo-verdiano financiadas por empréstimos que os estudantes, após o curso, têm de ressarcir.

O Governo cabo-verdiano estima em 60 mil contos portugueses os encargos anuais com a manutenção desses bolsistas.

Entre os projectos em curso com Portugal conta-se a recuperação do património histórico da Cidade Velha – programa de intervenção conjunta acordado com a cooperação espanhola e coordenado pelo arquitecto português Siza Vieira –, a recuperação da réplica da Torre de Belém no Mindelo e da Casa Cor-de-Rosa na capital cabo-verdiana.

No âmbito financeiro, destaca-se o Acordo de Cooperação Cambial, que se traduz na paridade com a moeda portuguesa.

Actualmente, um escudo português corresponde a 55 por cento da moeda cabo-verdiana.



Cascais

Autarquia apoia funcionamento da viatura médica do INEM

O município de Cascais vai apoiar o funcionamento da viatura médica de emergência e reanimação do INEM, que se encontra ao serviço do Hospital distrital de Cascais, através da entrega de um subsídio no valor de 11.750 contos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais.



Este subsídio vai suportar os encargos com o funcionamento da viatura, nomeadamente os honorários dos motoristas, a manutenção mecânica e o combustível.

O veículo está equipado com material técnico que permite deslocar, com rapidez, ao local do sinistro uma equipa médica com as condições mínimas indispensáveis à prestação de primeiros socorros, aumentando as probabilidades de sobrevivência das vítimas.

Faro

Prémio Nacional de Poesia António Ramos Rosa

A Câmara Municipal de Faro vai promover, no âmbito da I Bienal de Poesia, a 2ª edição do Prémio Nacional de Poesia António Ramos Rosa.



A este prémio, no valor de mil contos, poderão concorrer livros de poesia em português e da autor nacional, publicados integralmente, em primeira edição, durante o ano de 2000.

De cada livro concorrente deverão ser enviados sete exemplares para a Câmara

Municipal de Faro – Divisão da Cultura. As obras deverão ser entregues até 30 de Junho próximo.

Felgueiras

Câmara comemora Dia Mundial do Ambiente

Como já vem sendo habitual, a Câmara Municipal de Felgueiras promoveu, mais uma vez, um conjunto de iniciativas destinadas a comemorar o Dia Mundial do Ambiente, que teve lugar no dia 21 de Março.



Os alunos do ensino básico voltaram a ser os principais destinatários desta iniciativa que, este ano, decorreu no parque de campismo rural de Vila Fria, onde estiveram cerca de 800 crianças.

O programa iniciou-se com a plantação simbólica de uma árvore, seguindo-se um espaço livre com atelier de pintura no rosto, painéis verdes e prática de desportos radicais.

Montemor-o-Velho

Câmara promove Prémio Literário Eça de Queiroz

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, juntamente com o Centro de Recreio Popular de Formoselha, promove, pela primeira vez, o Prémio Literário Eça de Queiroz, com o objectivo de comemorar o centenário sobre a morte do escritor e, simultaneamente, os 50 anos da CRP/Formoselha.



Depois de ter instituído há cerca de dois anos o Prémio Literário Afonso Duarte, a autarquia prossegue a sua política de estimular a produção de originais e

homenagear este grande vulto da literatura portuguesa que, curiosamente, inclui a Freguesia de Formoselha na sua vasta obra.

O prazo de entrega dos originais termina no dia 30 de Abril de 2001.

Ovar

Plantar árvores é educar

Este ano, a Câmara Municipal de Ovar comemorou o Dia Mundial da Floresta fazendo associar iniciativas de educação ambiental com actividades da comunidade escolar do 1º ciclo do ensino básico do concelho.



Assim, no dia 21 de março, no Agrupamento de Escolas de Ovar/São João, reuniram-se cerca de 500 alunos e 25 professores que procederam à plantação de árvores, participaram em actividades de animação alusivas à árvore e à preservação do ambiente.

Na ocasião, foi ainda feita a distribuição de uma planta jovem, para ser plantada em cada escola do 1º ciclo do concelho, bem como a entrega de lembranças aos alunos e professores.

Penha de França

Junta organiza excursões para idosos

A Junta de Freguesia da Penha de França tem programadas duas excursões destinadas aos idosos da Freguesia com a idade mínima de 55 anos.

Trata-se de mais uma iniciativa do pelouro de Acção Social da Junta, da responsabilidade do camarada Manuel Oliveira Duarte, que visa proporcionar o convívio e a amizade entre os mais velhos. A primeira excursão, que será à bela região do Vouga, decorrerá nos próximos dias 25, 26 e 27 de Maio.

A excursão inclui transporte e estada em regime de meia pensão, no INATEL de Santa Maria da Feira.

O segundo passeio será uma estada de cinco dias em Seia, em alojamento de turismo rural, que decorrerá de 16 a 21 de Setembro.

Esta iniciativa inclui transporte, dormida e refeições (pequeno-almoço, lanche, jantar e ceia).

Para além de uma refeição especial de

matança de porco, com animação musical, estão programadas visitas a diversos locais da região.

Sintra

Inauguração do Parque Urbano do Pendão

No passado dia 21, Dia Internacional da Árvore, a presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, e a secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, procederam à inauguração do Parque Urbano do Pendão.

Esta cerimónia contou com a presença de 300 crianças de escolas do ensino básico e do 2º ciclo de Queluz que fizeram uma plantação simbólica de árvores.



Na ocasião, foram também apresentados dois novos programas: o programa «Amigos do Ambiente», que tem como objectivos divulgar, formar e fomentar o voluntariado na área da protecção dos espaços verdes do concelho, e o PAMJIM – Programa de Apoio à manutenção de Jardins da Iniciativa dos Moradores, que consiste numa série de apoios que a autarquia concede a grupos organizados de municípios para a criação, protecção e gestão de espaços verdes.

Vila Real de S. António

Campanha de sensibilização ambiental

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António promoveu de 19 a 23 de Março a primeira fase do programa «Mãe Natureza», uma iniciativa da autarquia que pretende sensibilizar toda a população para as questões ambientais e para a limpeza da cidade.

Sob o lema «Cidade limpa – mais qualidade de vida está nas nossas mãos», foram realizadas diversas acções que pretendiam chamar a atenção dos municípios para a importância que tem o gesto individual de cada cidadão na manutenção de uma cidade mais limpa.

As acções abrangeram toda a população, desde os mais jovens às famílias e ainda alguns sectores do comércio e empresariado local.

A primeira fase coincidiu com a instalação de dispensadores de sacos para dejectos caninos, colocados estrategicamente em Vila Real de S. António e Monte Gordo.

PS EM MOVIMENTO

BOTICAS

PS abandona Assembleia

Os deputados do PS abandonaram a última reunião da Assembleia Municipal de Boticas, protestando pelo «progressivo desrespeito» a que a Câmara Municipal e o seu presidente têm votado este órgão autárquico.

«Como é do conhecimento público, compete à Assembleia Municipal fiscalizar os actos de gestão da Câmara Municipal e acompanhar a execução do Plano Anual de Actividades», lembram os socialistas de Boticas.

Por isso, adiantam, «a Lei das Autarquias Locais define que o presidente da Câmara Municipal, em representação do órgão executivo, deverá apresentar à Assembleia Municipal, órgão deliberativo, nas reuniões ordinárias, uma informação pormenorizada sobre a actividade municipal».

«Acontece, porém, que o presidente da Câmara Municipal tem apresentado documentos sem o mínimo de consistência, com referência a acções repetidas», acusam.

Como exemplo, os socialistas de Boticas referem que «na informação da reunião de 19 de Dezembro de 2000 a acção - Recepção ao Professor - aparece referenciada, no mesmo sector de Educação e Cultura duas vezes, o que demonstra o cuidado que os serviços de Apoio ao Executivo Municipal colocam na elaboração do documento».

«Na informação apresentada na reunião de 21 de Fevereiro de 2001 o senhor presidente da Câmara limitou-se a assinar de cruz o texto, sem, contudo, alterar a redacção do mesmo. Assim, esta informação que deveria referir-se ao período entre 19 de Dezembro de 2000 e 21 de Fevereiro de 2001 refere, segundo o texto por ele assinado, a "actividade Municipal desenvolvida posteriormente à data da última sessão, que foi em 25 de Setembro". Nem mesmo houve o cuidado de mudar as datas», refere o PS/Boticas.

Para além do mais, «é fácil constatar que o município caminha a passo de caracol no desenvolvimento das acções previstas no Plano de Actividades. No mesmo texto da informação que o senhor presidente apresentou, são referidas 17 acções que já estavam na informação de Dezembro, sem lhe alterar sequer o texto ou a denominação e muitas dessas acções referidas não passam de retórica barata como a que é referenciada na informação da sessão de 19 de Dezembro - "o mau tempo que se fez sentir um pouco por todo o país, particularmente na noite de 6 para 7, provocou avultados prejuízos também no Concelho, nomeadamente derrocadas na variante de Boticas, ER 312 e arrastamento de lamas, derrube de árvores e inundações em várias locais. Os prejuízos são elevados". Não se diz qual o valor desses prejuízos, que medidas foram tomadas, a quem se recorreu, em suma, limita-se, esta Câmara, a constatar as situações sem apresentar propostas para as resolver».

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista «lamentam que se trate a Assembleia Municipal desta forma. Nos nossos dias, em que a vivência democrática deveria ser uma norma, este tipo de comportamento merece do PS o mais vivo repúdio. É nítido que se vive, em Boticas, o início do fim de um ciclo».

CASCAIS

Moções aprovadas

A Comissão Política Concelhia de Cascais aprovou duas moções referentes à escolha do candidato do PS à Câmara Municipal de Cascais.

Uma moção realça a qualidade do candidato escolhido, camarada José Lamego - «reúne excepcionais qualidades de liderança política, de concepção estratégica e de coragem para o combate, inegável seriedade pessoal e política» -, enquanto a outra moção enaltece «o elevado sentido de responsabilidade, honestidade, coerência política e capacidade de gestão dos destinos do PS/Cascais», evidenciados pelo camarada Umberto Pacheco, de que é exemplo paradigmático a escolha do camarada José Lamego para cabeça-de-lista do PS à Câmara de Cascais.



CASTELO BRANCO

Novo líder da JS

A Juventude Socialista do distrito de Castelo Branco elegeu o camarada Hélio Fazendeiro para o cargo de presidente da Federação Distrital da Juventude, o único candidato da lista às eleições do último sábado.

«Primeiro os projectos e as ideias, depois os lugares» é o lema do presidente da JS eleito para os próximos dois anos. Segundo Hélio Fazendeiro, «mais importante do que a escolha de jovens socialistas, para as listas nas próximas autárquicas é conseguir que as comissões políticas dos 11 concelhos do distrito acolham as nossas propostas».



LEIRIA

Boletim da Federação

A Federação do PS/Leiria editou o primeiro número do seu boletim de informação, de periodicidade trimestral.

«Com a publicação deste primeiro boletim da responsabilidade da Federação Distrital de Leiria do PS, iniciamos um novo meio de contacto com todos os militantes socialistas do distrito. Será, se assim se quiser, o nosso jornal interno, um meio privilegiado de troca de ideias, sugestões, críticas e opiniões», escreve o presidente da Federação, camarada José Miguel Medeiros, na nota de apresentação da nova publicação.

A Federação de Leiria do PS está de parabéns, uma vez que tem um excelente boletim.



MADEIRA

PS aberto a coligações

O PS-Madeira está disposto a realizar coligações com outras forças políticas com vista a tirar o poder ao PSD-M nos órgãos autárquicos, revelou no dia 17 o seu líder José António Cardoso, no final de um encontro de autarcas socialistas.

Esta posição do PS-M é, para José António Cardoso, uma «coligação com a sociedade civil, com as novas gerações, com os que não se vergam, com os que estão cansados destes políticos e deste poder político».

José António Cardoso salientou ainda que esta predisposição para coligações - não indicando se à direita ou à esquerda - se deve à necessidade de os madeirenses lutarem contra o sistema que governa, há uma quarta de século, a Madeira.

SALVATERRA DE MAGOS

Inauguração da sede

O PS/Salvaterra de Magos inaugurou no passado dia 24 a sua sede concelhia, numa cerimónia que contou com a presença, entre outros militantes e dirigentes, do camarada João Soares.

Também no dia 24, a JS/Salvaterra de Magos, em colaboração com a JS/Ribatejo, organizou uma «Conversa de café», uma iniciativa que teve lugar no café «A Cabana dos Parodiantes».

«Salas de injeção assistida» foi o tema em debate nesta «Conversa de Café», que contou com a presença do camarada Vitalino Canas, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.



JUVENTUDE SOCIALISTA

JS acredita na revisão curricular

A Juventude Socialista acredita na revisão curricular em curso, mas garantiu no dia 23 que vai assumir um «papel responsabilizador perante o Governo» para procurar garantir que a revisão curricular «não acabe numa série de ideias fortuitas».

Numa carta enviada a todas as associações de estudantes do País, assinado, pela líder dos jovens socialistas, Jámila Madeira, sublinha-se que serão exigidas condições ao Governo para que a reforma curricular seja «uma realidade, sempre acompanhada das infra-estruturas indispensáveis à sua aplicação».

A JS afirma acreditar na reforma curricular, sobretudo por «prever, de forma bastante peculiar, a diferenciação, adequação e flexibilização do novo currículo nacional, que será adaptado para cada caso, tendo em conta as realidades locais».

«No entanto, exigimos uma urgente clarificação do papel da escola e dos professores na gestão curricular», refere o documento.

Depois de apontar as «vitórias» já alcançadas, como a divisão dos períodos de avaliação em semestres, a JS sublinha que «ganha nova importância» a sua reivindicação antiga de promover a «avaliação contínua».

«A adaptação dos currículos à realidade dos tempos que correm não poderá passar ao lado de um profundo reconhecimento da dignidade humana e da educação para uma cidadania social, intercultural e ecológica», acentua.

MOÇÃO SECTORIAL CONTRIBUTO PARA UMA REFORMA DO SISTEMA DE SAÚDE

1

1 Introdução - Os sujeitos do sistema

O sistema de Saúde tem sido frequentemente alvo de críticas, seja pelos utentes, seja pelos profissionais na área da Saúde.

Urge, pois, uma análise do mesmo, à luz de uma realidade que está longe de ser simples, e tendo como objecto os diferentes sujeitos envolvidos, a saber: utentes, profissionais, instituições e voluntariado.

Assim, e desde o acesso ao sistema de saúde que este é «per si» um dado sintomático de anormalidade, na medida em que o utente encontra-se, por norma, numa situação de agonia e dor. Será pois suspeito qualquer comentário abonatório em relação ao sistema ...

Os profissionais de saúde, por seu turno, face à pressão a que estão sujeitos, cada vez mais «tratam» e cada vez menos «cuidam» dos seus pacientes, logo promovem uma prática de «desumanização» do sistema.

De permoio temos as próprias unidades hospitalares, objecto de uma gestão específica, ao abrigo do financiamento do Orçamento de Estado, de meios humanos e recursos financeiros «per si» e por natureza escassos e usualmente em «déficit».

Por fim, temos o elemento «humanizador» do sistema que são os movimentos de voluntariado que representam neste microcosmos a comunidade anónima a que o paciente pertence e de algum modo são os elos de ligação com o exterior.

Qualquer proposta de reforma deverá pois levar em consideração os diferentes papéis que estes sujeitos desempenharão.

2 Os utentes

Os utentes do sistema de saúde padecem de uma incongruência que decorre do sistema de financiamento da Saúde em Portugal.

Assim, o Estado substitui-se ao mercado, neste particular, e cria-se um contra senso na medida em que há uma dupla personalidade jurídica, em que o prestador de serviços é simultaneamente o pagador dos mesmos,

Desta irracionalidade, sofre o utente com uma quase ausência de uma fiscalização da qualidade dos serviços, concorrendo assim para que uma situação anómala (que o próprio estado de doença indicia) se torne por vezes mais degradante.

Assim, ao utente deverá ser proposta uma possibilidade de escolha e por aí, de forma consciente optar, sabendo-se que de antemão a capacidade financeira será o factor limitativo para determinadas entradas neste sistema de saúde semi-privado.



3 Os profissionais da Saúde

Outra componente do sistema de saúde são os seus profissionais, em particular, aqueles que prestam serviços em entidades públicas.

Limitados por uma legislação laboral retrograda, ao nível da função pública, os médicos vêem os seus problemas laborais e a gestão das respectivas carreiras, um foco de permanente tensão, pois não raramente o seu mérito profissional esbarra num quadro administrativo verdadeiramente kafkiano.

4 As unidades hospitalares

As unidades hospitalares deverão ser aqui entendidas como espaços físicos e simultaneamente o conjunto de equipamentos.

Verifica-se uma distribuição verdadeiramente assimétrica destas unidades, em que a população envelhecida e Interior não tem acessibilidade a estes centros de tratamento e diagnóstico, ao inverso da população litoral e rejuvenescida (logo com menos probabilidade a estados de doença) com acessibilidade máxima ao sistema.

Urge pois em primeira instância suprir esta assimetria regional, e logo analisar um sistema misto de gestão hospitalar.

Esta «misticidade» do sistema deverá ser entendida na medida em que o Estado deverá fazer transitar para o sistema privado a exploração destas unidades hospitalares, facultando desde logo as

infra-estruturas e equipamento.

Os ganhos desta medida serão exponenciais nomeadamente ao nível dos recursos humanos, que estando livres do jugo do funcionalismo público, traduzirá em sucessivos incrementos de produtividade. A par deste sistema misto de gestão hospitalar, sob fiscalização estatal, teríamos uma clarificação funcional das unidades hospitalares consoante a intensidade e o fim a que estas de destinam.

Assim, uma urgência deveria ter um espaço diverso de uma consulta e esta diversa ainda de um internamento, devendo este ser distinguindo entre curta e longa duração.

5 Voluntariado

A sociedade portuguesa, assumidamente latina, é por natureza solidária, residindo muito da sua consistência no núcleo familiar e conexo (amigos, vizinhos, etc.). Contudo, esta sociedade solidária sofre de um «déficit» institucional.

Assim, defende-se uma crescente participação na sociedade civil mediante organizações próprias.

Ao nível do sistema de saúde, a participação da sociedade civil deverá assumir a forma de movimentos de voluntariado, por sua natureza espontâneos.

Estes movimentos deverão promover a integração do paciente no sistema de saúde e servir de ponte para a sociedade civil, que na verdade representa.

A sua acção deverá transmitir o cunho de humanização ao sistema, não interferindo com a sua componente técnica.

A par destes movimentos sociais espontâneos deverão promover-se a participação das autarquias nas unidades hospitalares, na medida em que estes representantes da população são elementos eleitos pela força do voto, expressão última da vontade popular.

Estes representantes sociais deverão promover a fiscalização da componente humana do sistema de saúde, cabendo ao Estado a fiscalização técnica, económica e financeira.

A articulação destes elementos de fiscalização preventiva deverá ter lugar num órgão tipo Conselho Geral, que deverá ser o fórum de debate dos problemas surgidos ao longo do funcionamento do sistema.

6 Conclusão

Sinteticamente, o presente contributo para a reforma do sistema de saúde assenta numa possibilidade de escolha por parte do utente, numa dignificação e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, numa privatização da exploração das unidades hospitalares e numa promoção da integração do sistema de práticas de voluntariado, cabendo ao Estado a função fiscalizadora do sistema.

Nuno Filipe Dias Gomes Ferreira
Militante nº 215883



INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA DE ALUNOS: NOTAS DE UM PROFESSOR

Comecei a trabalhar, como professor, em 1976, tinha vinte anos de idade. «Provisório», como então se dizia, no ensino secundário. Depois de acabar a licenciatura, realizei o «estágio pedagógico», após o que «efectivei». Em 1981, fui recrutado pela Faculdade a que agora pertenço, onde acabei por desenvolver uma carreira através de sucessivos contratos, tendo adquirido a nomeação definitiva, como professor associado, em 2000. Ensei em todos os anos de escolaridade, desde o 5º ano, no 2º ciclo, até ao 5º ano de licenciatura, e em cursos de mestrado. Ser professor é a minha profissão, não tenho outra.

Se começo assim o depoimento, não é só porque o problema da indisciplina e da violência na escola é demasiado importante para nos quedarmos por aquelas acusações fáceis («os políticos nunca puseram os pés numa sala de aula», etc.) cujo efeito pretendido é colocar quem as profere fora de qualquer obrigação, vítima de todos e responsável por nada; é também, e sobretudo, porque vale a pena mobilizarmos os diversos capitais de experiência, como profissionais, alunos, pais, decisores, que de todos precisamos. Centremo-nos, por razões de espaço, na questão da indisciplina e da violência na sala de aula, quer dizer, nas perturbações da relação pedagógica e interpessoal derivadas do comportamento de alunos. (Deixaremos de fora questões tão ou mais importantes como a insegurança na envolvente das escolas, as agressões perpetradas por encarregados de educação, a vandalização de equipamentos, os furtos, a actividade de «gangs» organizados, a penetração do tráfico de droga, etc.) E recordemos os termos de referência para que a reflexão seja produtiva.

Uma coisa é indisciplina, outra violência. São problemas bem distintos, não podem ser confundidos. E a indisciplina deve, pelo seu lado, ser separada, com clareza, das modalidades normais de apresentação e relacionamento características de adolescentes, as quais, por serem diferentes das dos adultos, não têm que ser forçosamente, por isso, condenadas. Depois, nem a escola é uma ilha isolada do seu meio social, nem a educação é a cura milagrosa para os males da sociedade. A miséria moral (que é o factor fundamental, e não necessariamente a pobreza, muito menos a origem étnica ou linguística, a situação de classe ou a condição familiar), a miséria moral que destrói a vida de tantos meninos há-de ter repercussões evidentes nos seus comportamentos, e não é possível resolvê-las plenamente sem intervir a montante da escola.

Mas relativizar o papel da escola e da educação, não querendo atribuir-lhes a onipotência que não têm, não significa

colocá-las à margem do esforço pela integração e o melhor-estar de todos, que é o esforço essencial de uma sociedade democrática. Pelo contrário: elas são instrumentos decisivos e, combinados com outros, eficazes na promoção de oportunidades positivas que rompem o círculo da miséria, da exclusão e da violência.

A educação (fala, se me permitem, o professor) actua, porém, de certa maneira e não se lhe peça que aja contranatura. Por mais violentos que aparentem ser, os meninos de 12 ou 14 anos não deixam de ser meninos aos olhos de um educador, mesmo que sejam «capitães da areia» dos subúrbios abandonados. Não podem ser, sem mais, catalogados nas categorias sem retorno dos «feios, porcos e maus». E a escola básica, concebida para dotar todos com as competências fundamentais da cidadania de hoje, e por isso obrigatória, não pode expulsar ninguém do seu seio. Criou e aplica soluções-limite para casos-limite de carência ou desadaptação, soluções em que a lógica da socialização mínima e de uma preparação profissionalizante precoce tendem a prevalecer sobre a instrução propriamente dita - mas não se queira que passe além desse limite. A resposta educativa é, por natureza, uma resposta de integração e não de exclusão, de qualificação e não de repressão.

Não se trata, contudo, de um universo meramente convivial, sem critério, objectivo ou regras - ponto a reter, para prevenir ilusões nefastas. Na relação educativa, professores e alunos não são iguais. Os professores gozam de uma autoridade sobre os seus alunos e têm de exercê-la. A aprendizagem é um trabalho e o trabalho realizado deve ser avaliado e premiado, o inverso sucedendo com a sua falta. Alunos e famílias estão obrigados a respeitar o código de conduta sobre que se funda a própria possibilidade de um ensino de que derivem efeitos úteis. Quer nas formas de tratamento, quer na tomada e no acatamento das decisões, quer na transmissão das normas e saberes, os papéis do educador e do educando nem podem ser confundidos nem nivelados.

Fizemos, porventura, nas duas últimas décadas, um caminho que acentuou excessivamente o entendimento igualitarista da escola democrática e desvalorizou indevidamente a autoridade contida no poder democrático e na autonomia profissional dos educadores. Se é a isso que se referem os críticos do «facilitismo», da «pedagogia não directiva» e da «desvalorização do papel do professor», eles têm razão. Mas não caiamos na tentação simétrica de regressar à concepção da instrução como técnica de domesticação punitiva, num modelo em que a autoridade do professor teria que se fundar na negação de qualquer direito ou

iniciativa ao seu aluno, o castigo passaria a ser uma resposta arbitrária e sem recurso, e, no limite, certas crianças poderiam ser catalogadas como ineducáveis e sumariamente expulsas de uma instituição que é pública.

Portanto: com toda a paciência, que a questão é complexa e o campo armadilhado, mas com determinação, ouvindo-nos e conhecendo-nos uns aos outros, falhanços e êxitos, construamos o equilíbrio de que precisamos, de modo a superar a dicotomia rudimentar entre a desautorização dos professores e a estigmatização dos estudantes.

Alguns meios educativos
Vale a pena examinarmos os múltiplos meios e caminhos de que dispomos.

No plano da organização e gestão do sistema educativo. Dois anos de aplicação do decreto sobre direitos e deveres proporcionaram informação bastante para se proceder a uma revisão legislativa, cujo sentido será claro: respeitando os direitos constitucionais de todos e induzindo enquadramento e valor educativos às medidas de natureza disciplinar, combater a deriva burocrática e administrativista, permitindo actuações tempestivas e adequadas e reforçando, nelas, o papel dos professores. As mudanças que estão em negociação no sistema de recrutamento e colocação dos docentes, e que vão no sentido de estabilizar mais os corpos docentes das escolas, assim como a plena aplicação do novo regime de gestão escolar, com o reforço da liderança, e o aumento das margens de liberdade de cada escola na gestão do currículo, ajudarão também a basear um bom clima de relações interpessoais.

No plano dos recursos humanos e materiais. Equipamentos e espaços renovados e de qualidade e uma adequada dotação em pessoal, designadamente não docente, constituem factores positivos na criação de ambientes de trabalho e no aumento quer do amor-próprio quer do amor ao bem comum. É por isso que nos temos esforçado.

No plano da formação dos educadores. E não é apenas da formação pedagógica que falo: anos de experiência mostraram-me que um professor bem preparado cientificamente, que demonstra conhecimento e à vontade nas matérias que ensina, é um professor respeitado, e não poucas vezes admirado, pelos alunos. Mas também no domínio da psicopedagogia e da formação educacional para um mundo hoje tão diverso e incerto há muito a fazer.

No plano do trabalho em equipa. O trabalho do professor não é um trabalho isolado, pese embora a tradição da compartimentação disciplinar e do individualismo. O conselho de turma é o espaço próprio para identificar e resolver larga parte dos problemas. Quando as

reuniões se fazem, não à pressa e para ditar notas, mas nos tempos próprios e para examinar em conjunto os desempenhos e as dificuldades de crianças concretas, aquelas cujo nome e cuja vida se conhece, e designadamente quando se sabe utilizar bem a presença dos delegados dos pais e dos alunos, em suma, quando as reuniões mostram equipas em trabalho de equipa, as coisas correm melhor. Por isso mesmo, a direcção de turma, no seu duplo papel de coordenação da equipa e de primeiro contacto com as famílias, é essencial.

No plano do desempenho profissional. Quem não percebe que o professor que fala com cada aluno, também fora da sala de aula e do horário lectivo, o professor que não sai a correr mal toca a campainha, que propõe actividades de enriquecimento curricular, que sabe acolher sugestões e valorizar iniciativas juvenis, que age em vez de lamuriar-se, está mais escudado contra a indisciplina? E quantos há, animados desta atitude positiva e desta bagagem profissional!

No plano da organização da escola. Uma escola que chama à colaboração, incluindo na tomada de certas decisões estratégicas para a qualidade do ambiente interpessoal, mas respeitadas escrupulosamente as esferas de competência de cada um, a associação de pais, a associação de estudantes, a representação sindical ou profissional dos docentes e não docentes, e outros parceiros, está mais apetrechada para lidar com os problemas. Uma escola que tem um regulamento interno claro, enxuto e claro, que pratica a severidade para com a falta, mesmo que pareça pequena, porque responsabiliza cada um pelas consequências dos seus actos e pelo respeito que deve à comunidade a que pertence, mas que não se esquece também de pôr em evidência e premiar os contributos, mesmo que pareçam pequenos, porque valoriza cada um por tudo o que acrescenta a si próprio e à comunidade a que pertence, essa é uma escola bem mais preparada para a educação.

Não desconheço os casos extremos, em que nem o uso persistente e determinado destes e outros métodos, nem a mais evidente devoção profissional e pessoal a crianças em risco conseguiram evitar a naturalização da violência. Há situações de dramática impotência, em que tudo o que se pode fazer em nome da educação parece evaporar-se sem vencer a miséria moral. Mas, na esmagadora maioria dos casos, estes recursos propriamente educativos, que os profissionais da educação conhecem e usam como ninguém, proporcionam condições razoáveis para o trabalho e a aprendizagem. É preciso, isso sim, que sejam conhecidos, difundidos, aplicados.

In «Público»



FUNÇÕES NÃO PRIVATIZÁVEIS DO ESTADO: AS ESTRADAS

1. Logo a seguir à derrocada da ponte de Entre-os-Rios começou o debate sobre as responsabilidades. E, antes que pudessem decorrer investigações mais aprofundadas, uma explicação começou a ser difundida nos media: a reestruturação da JAE com a criação de três institutos rodoviários, teria provocado a redução da capacidade operacional e técnica, antes administrativamente enquadrada num «serviço de pontes».

Em breve, já não se discutia só a eventual redução transitória de capacidade provocada pela própria reestruturação ainda não completada. Esta passou a ser responsabilizada pela derrocada que, supostamente, não teria ocorrido se a JAE tivesse continuado a existir. Esta versão até resistiu à exibição pela SIC do famoso filme de 1988 sobre uma inspecção às fundações dos pilares daquela ponte! E a mesma comunicação social e opinião publicada que, anos atrás, denunciavam a «corrupção» da JAE passaram a glorificá-la como paradigma das virtudes do serviço público. A derrocada da ponte tornou-se pretexto para alguns ajustes de contas e para a defesa de interesses corporativos e económicos, nada transparentes, ligados às obras públicas.

Qualquer inquérito não poderá, assim, deixar de envolver «o integral esclarecimento, avaliação e apreciação política», nomeadamente, «da organização e funcionamento do sistema de conservação e reparação deste tipo de infra-estruturas incluindo a apreciação das respectivas rotinas ao longo dos diversos enquadramentos orgânicos e funcionais dos serviços» (texto do requerimento de inquérito parlamentar). Como cidadão e parlamentar estou, evidentemente, interessado em que esse aspecto do problema seja esclarecido. Mas não tornaria nunca posição apriorística sobre ele, desde logo, por falta de conhecimentos específicos.

O que o desastre de Entre-os-Rios seguramente revela é uma incapacidade do Estado e da Administração Pública para garantir, como lhes compete, através da conservação da infra-estrutura, aspectos básicos da vida em sociedade, incluindo a segurança e a confiança indispensável a uma vida normal. Nesse sentido, ele evidencia a necessidade de uma efectiva reforma da Administração Pública, com vista ao desempenho eficiente das responsabilidades que lhe cabem. Mas nenhuma reforma é possível a manter-se a mesma mentalidade imobilista que a defesa póstuma da JAE está a revelar!

2. Tendo dito estas coisas banais a uma jornalista do «Público», a propósito da iniciativa de inquérito parlamentar do PS, vi as minhas declarações abusivamente interpretadas como «resposta indirecta a



João Cravinho», nomeadamente por ter dito, reagindo contra a ideologia de «menos Estado», dominante em certos meios que agora exaltam as virtudes do serviço público, que «o inquérito visa garantir o indispensável papel do Estado sobre os serviços que não podem nem devem ser privatizados». Sem cuidar de esclarecer comigo o assunto, um editorialista escreveu há dias um texto crítico de toda a obra do Eng. Cravinho, tanto na reestruturação da JAE, como no sistema de construção de estradas sem custos para o utilizador (SCUT), baseado numa extraordinária interpretação «a contrario» daquela pequena frase.

O que me leva a tornar pública a minha solidariedade política com João Cravinho e a esclarecer Luis Miguel Viana sobre duas ou três coisas elementares sobre funções do Estado que não podem nem devem ser privatizadas.

3. O Estado compete, neste domínio das infra-estruturas rodoviárias e outras, assegurar funções básicas, nomeadamente: o planeamento da rede; as decisões sobre as prioridades, termos, financiamento e calendário da respectiva execução; a adjudicação, por concurso, dos trabalhos de projecto e das empreitadas de construção; a concessão da exploração; a fiscalização da própria construção, reparação e conservação das

obras, etc. Tendo em conta a defesa dos interesses públicos relevantes que envolvem necessariamente, além das implicações financeiras, e da garantia do princípio da coesão nacional, que implica por exemplo a promoção da igualdade de oportunidades entre regiões, a execução de uma estratégia de desenvolvimento democraticamente legitimada, e os aspectos básicos de segurança e confiança acima evocados.

Não se segue daí que tenham de ser os serviços do Estado, a realizar por «administração directa» todas as tarefas. Pela própria natureza das mesmas, na maior parte dos casos a respectiva execução competirá, sob a forma de prestação de serviços, a empresas privadas ou públicas, sempre sob fiscalização dos serviços públicos especializados, tanto na engenharia, como na fiscalização. Isto é, pode discutir-se se «19 técnicos em três institutos» são suficientes e se estão bem enquadrados do ponto de vista funcional. Não pode pretender-se, tanto por razões financeiras como de eficiência empresarial, que a Administração execute todas as tarefas (teriam de ser os mergulhadores da Armada a efectuar a filmagem subaquática que a SIC exibiu?!).

As SCUT são, apenas, uma modalidade, aliás virtuosa e de boa engenharia financeira, de financiamento pelas sucessivas gerações de beneficiários, de

grandes infra-estruturas que, de outro modo, não seriam tão cedo construídas fora das regiões mais povoadas por utentes pagantes, com prejuízo acrescido da capacidade de desenvolvimento endógeno das regiões desfavorecidas e desertificadas. O papel do Estado é também aqui regulador e fiscalizador, além de planeamento. Para isso é que ele carece de uma boa Administração, além de uma forte legitimação democrática. Para impor o primado do interesse público!

Ora, as decisões tomadas por João Cravinho e continuadas pelo actual Governo, não implicaram nenhuma forma de privatização de funções do Estado: nem privatizaram as infra-estruturas (apenas adjudicaram ou concederam a sua construção e exploração), nem privatizaram funções indelegáveis do Estado, nem privatizaram os serviços de concepção e fiscalização do sistema. Pelo contrário, a reestruturação da JAE visou declaradamente por termo a formas ilegítimas de domínio de interesses privados sobre as decisões de interesse público referentes às estradas (outra forma, ilegítima, de «privatização»). E é por isso que pode supor-se que os interesses instalados as atacaram e atacam tão duramente, não hesitando em explorar um momento de tragédia e dor. Desejo que os vários inquéritos façam luz sobre tudo isso.

In «Público»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Teatro em Albufeira

O grupo de teatro concelhio Os Quatro Ventos leva à cena, amanhã, no sábado, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, a peça «Consultório», uma comédia dirigida por Miguel Martim Ferreira.

Exposições em Fafe

A Jangada – grupo cénico apresenta, amanhã, no Estúdio Fénix, a partir das 21 e 30, a peça «Barca do Inferno – Variações sobre o tema de Gil Vicente», um espectáculo com encenação e direcção de Sérgio Agostinho.

A autarquia local assinala o 90º aniversário do escritor Américo Lopes de Oliveira com uma exposição biográfica a inaugurar na tarde de sábado, dia 31, na Galeria Municipal, às 15 horas.

Paralelamente, abrirá uma mostra de obras de arte oferecidas ao escritor ao longo da sua vida e que, por sua doação, integram o património artístico do município.

Ser diferente na Guarda

«Ser Diferente» é a designação de um ciclo de actividades que a Câmara Municipal realiza de 2 a 9 de Abril dedicado a expressões artísticas desenvolvidas por pessoas com deficiência que classifica de «diferentes».

Trata-se de uma mostra pioneira em Portugal, que inclui espectáculos de teatro, música e danças criados por crianças, jovens e adultos que recusam o estigma de ser deficientes.

O ciclo abre na segunda-feira com uma conferência por Gordon Porter, tido como o «pai do conceito Educação Inclusiva».

Paralelamente, realiza-se um programa cultural com a exibição do Psico Ballet Maite León de Espanha (dia 2), do grupo musical 5ª Punkada (dia 3), do grupo Crinabel, que representa a peça de teatro «D. Quixote de La Mancha» (dia 4) e animação de rua pela Casa Santa Isabel de Seia no jardim central da (dia 5).

Música em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, o Auditório da Universidade do Minho exhibe o filme «Chuveiro», de Yang Zhang. Também hoje, o Ultimatum Café Jazz Café apresenta, a partir das 23 e 30, o Vicente Noak Quartet.

Amanhã será dia de (re)ver e ouvir os Clá, com o seu mais recente trabalho discográfico «Lustro», a ser apreciado no Auditório da Universidade do Minho, às 21 e 30.

As pinturas de Luís Efigénio encontram-se patentes ao público no Posto de Turismo da Praça de São Tiago.

Recital em Lisboa

A sala de arquivo dos Paços do Concelho será palco, hoje, às 19 horas, de um recital de contrabaixo e piano, a cargo dos instrumentistas Vladimir Kouznetsov e Savka Konjikusik, que recriarão composições de Händel, Storch e Hindemith.

«Nimigo às Portas», de Jean-Jacques Annaud; e «Blow Dry», de Paddy Breathnach são as películas que poderá ver, a partir de amanhã, nas salas de espectáculos da metrópole alfacinha.

Cinema em Paredes de Coura

O cinema europeu estará na sala de espectáculos do Centro Cultural, amanhã, pelas 21 e 30, com a exibição do filme «Sol Enganador», uma longa-metragem assinada por Nikita Mikhalkov, que foi galardoada em Cannes (1994) com o Grande Prémio do Júri, e premiada, em Hollywood (1995), com o Óscar para Melhor Filme Estrangeiro.

Um dia depois, no mesmo espaço cultural e à mesma hora, poderá ver «Billy Elliot», uma fita realizada por Stephen Daldry, que será exibida também no dia 1 de Abril, nas sessões das 15 horas e das 21 e 30.

Até ao próximo dia 1 de Abril, os trabalhos

do pintor Jaime Alberto Ferreira estarão em exibição no Centro Cultural.

Orquestras no Porto

Na dança, o destaque vai para o espectáculo «Rituais», hoje, Coliseu do Porto, um evento pensado a partir de música de Júlio Pereira e com coreografia de Rui Lopes-Graça e direcção artística de Alberto Lopes.

O início da retrospectiva da produtora de cinema de animação Filmógrafo está marcado para amanhã, no Cinema Trindade, com inauguração de uma exposição e a primeira sessão de filmes para adultos.

No fim-de-semana, o Teatro Rivoli acolhe a Orquestra Nacional do Porto (31 de Março) e a Orquestra Metropolitana de Lisboa (1 de Abril), naquele que é descrito como «um concerto insólito de música e humor».

Tauromaquia em Santarém

A exposição fotográfica «Tauromaquia», em exibição até 12 de Abril na Biblioteca Municipal Braamcamp Freire, presta uma homenagem póstuma a Amália Rodrigues, Diamantino Viseu e Salvação Barreto.

A mostra apresenta 44 trabalhos do repórter fotográfico Marques Valentim, um especialista em tauromaquia, com imagens registadas em praças de Portugal e da Espanha.

A homenagem a Amália Rodrigues, uma apaixonada das touradas, é a fotografia da última corrida a que a fadista assistiu, em Espanha, tendo nas mãos o chapéu (montera) do «diestro» Pedrito de Portugal, que dedicou então a «faena» a Amália.

Debate em Sintra

Às 14 horas do dia 31 a Associação Juvenil Rostos Cobertos promove, na Casa da Juventude, um debate sobre «O que faz falta para animar a malta».

Também no sábado, a Casa da Juventude será palco da inauguração de uma exposição fotográfica intitulada «Sintra – 17 Freguesias em 17 imagens», uma mostra de Rui Grazina.

Concerto em Viana do Castelo

Os Delfins vão actuar amanhã, sexta-feira 30, a partir das 21 e 30, no Auditório Municipal.

Tunas em Vila Real de Santo António

A Praça Marquês de Pombal foi o local escolhido para a realização, amanhã, às 22 horas, do «I Encontro Académico Pombalino», uma sonora reunião de tunas académicas que promete fazer as delícias da assistência.

SUGESTÃO

O Triunfo da Ópera Buffa Napolitana

A Cappella Della Pietà De' Turchini impôs-se, desde o seu surgimento em 1986, como uma das mais criativas formações vocais-instrumentais da actualidade, preenchendo um espaço *sui generis* no panorama musical europeu.

Na redescoberta de um vasto espólio artístico de compositores barrocos há muito esquecidos (Provenzale, Vinci e Grillo), este grupo de cantores e instrumentistas faz incidir a atenção na sua terra natal. Nápoles é, pois, evocada como cidade de cruzamento das culturas árabe, italiana, grega, espanhola e francesa.

Internacionalmente aclamada, a Cappella de' Turchini recriará em Lisboa, no concerto que dará no grande auditório do Centro Cultural de Belém, dia 30, às 21 e 30, a principal e mais genuína corrente do teatro musical napolitano do início do século XVIII.

Trata-se de comédias em dialecto local, cujo género tornar-se-ia mundialmente conhecido como «ópera buffa».

Assim, «O Triunfo da Ópera Buffa Napolitana» será, sem dúvida, uma «folia» protagonizada por vozes e por instrumentos imperdíveis e inesquecíveis.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Não posso adiar o amor para outro século

Não posso adiar o amor para outro século

Não posso
Ainda que o grito sufoque na garganta
Ainda que o ódio estale e crepite e arda
Sob montanhas cinzentas
E montanhas cinzentas

Não posso adiar este abraço
Que é uma arma de dois gumes
Amor e ódio

Não posso adiar
Ainda que a morte pese séculos sobre
as costas
E a aurora indecisa demore
Não posso adiar outro século à minha vida

Nem o meu amor
Nem o meu grito de libertação

António Ramos Rosa

In «Não posso adiar o coração»

CASA DA AMÉRICA LATINA
Sons Latino-Americanos
 Karisma Latino
 29 de Março - 21h30
 Av. 24 de Julho 188-B

6ª FILA

Manuel dos Santos

UMA SOCIEDADE DUAL!



Os dados que foram recentemente divulgados a propósito da actual situação da Administração Pública indirecta revelam o carácter dualista da sociedade portuguesa.

A Administração Pública portuguesa tem o melhor e terá o pior.

Integra sectores de excelência onde se encontram alguns dos mais qualificados quadros técnicos da sociedade portuguesa. Mas integra, de igual modo, zonas de completa ineficiência e ainda maior ineficácia que é necessário absorver e substituir a curto prazo.

Contudo, este carácter dualista não é exclusivo da Administração Pública, antes subsiste na generalidade dos sectores que constituem a nossa sociedade.

Convivem, entre nós, excelentes e eficazes empresas, com entidades produtivas que só subsistem porque não pagam impostos, atrasam salários ou esquecem pagamentos pontuais.

Não é fácil lidar com esta realidade e é mesmo difícil compreendê-la, embora seja uma marca estruturante da nossa vida colectiva.

A este mal não resistem obviamente as corporações..., todas as corporações. Muitas lições se podem tirar sobre as causas e consequências do terrível acidente de Entre-os-Rios.

Como reagiu a Administração Pública?

Como reagiu a classe política?

Como reagiu a sociedade?

Enfim, como reagiu a Comunicação Social?

Ora a Comunicação Social reagiu em conformidade com o tal modelo dual que faz parte integrante da nossa cultura e maneira de estar.

Ao lado de análises e apreciações rigorosas, eficazes e isentas que foram feitas dos acontecimentos e que ajudaram (muito) a compreender a verdadeira natureza das nossas debilidades, surgiram inúmeras intervenções totalmente desprovidas de interesse, mas, sobretudo, desprovidas de carácter e humanidade.

E é aqui que começa também a responsabilidade da classe jornalística como um todo.

A manutenção de uma solidariedade formal e corporativa que tantas vezes coloca toda a classe jornalística contra os outros e nomeadamente contra a classe política é, a esta luz, um dado preocupante.

Não foi só agora em Entre-os-Rios que foi possível identificar que há sectores do chamado 4º poder que não possuem condições mínimas para exercer o poder que efectivamente possuem.

A divulgação da vida pública e dos actos que lhe estão associados todos os dias, já tinha permitido aos mais esclarecidos verificar que há bons e muito bons jornalistas, mas que

há também muito maus comunicadores.

Basta atentar na forma como é sistematicamente divulgada a actividade quotidiana da Assembleia da República.

Muitos importantes debates se fazem, naturalmente, no Parlamento.

O interesse para a comunidade da sua divulgação é evidente.

Mas que sucede? Normalmente, nada.

Algumas vezes e sobretudo nos corredores e nos bastidores concretizam-se divergências, verificam-se fait-divers ou banalidades.

Embora nada relevem para o interesse colectivo, normalmente estes acontecimentos são o «core» da informação jornalística.

Os juízos de valor, o aprofundamento e compreensão dos factos são difíceis.

O simples «voyeurismo» e a especulação gratuita não custa nada.

Em «Entre-os-Rios», como na política portuguesa, temos convivido alegremente com esta realidade.

Alguns por cobardia, muitos por cálculo pessoal e a maioria por desinteresse.

Se «Entre-os-Rios» permitir que a atitude da Comunicação Social passe a gerir-se por critérios de eficácia social e não apenas pelos critérios jornalísticos, como enfaticamente tantas vezes se diz, alguma coisa boa ficará daquela lamentável desgraça.

DIXIT

«Ao cabo de seis anos de uma experiência de "esquerda plural", fórmula política nova e interessante, a França atravessa um momento feliz»

Mário Soares
Expresso, 24 de Março

«(O Governo de Lionel Jospin) reduziu um milhão e trezentos mil desempregados, num universo de três milhões, e apesar da semana de 35 horas, tão contestada, as empresas francesas nunca obtiveram tão bons resultados. A economia vai, pois, particularmente bem»

Idem, ibidem

«A competitividade não pode assentar em situações do passado, como o baixo salário»

Jorge Sampaio
Conferência do Diário Económico, 26 de Março

«As mais-valias são acréscimos patrimoniais, porque não deveriam ser tributadas e merecer tratamento especial face a outros rendimentos?»

Ricardo Sá Fernandes
Ibidem

«A reestruturação da JAE visou declaradamente pôr termo a formas ilegítimas de domínio de interesses privados sobre as decisões de interesse público»

José Barros Moura
Público, 23 de Março



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

